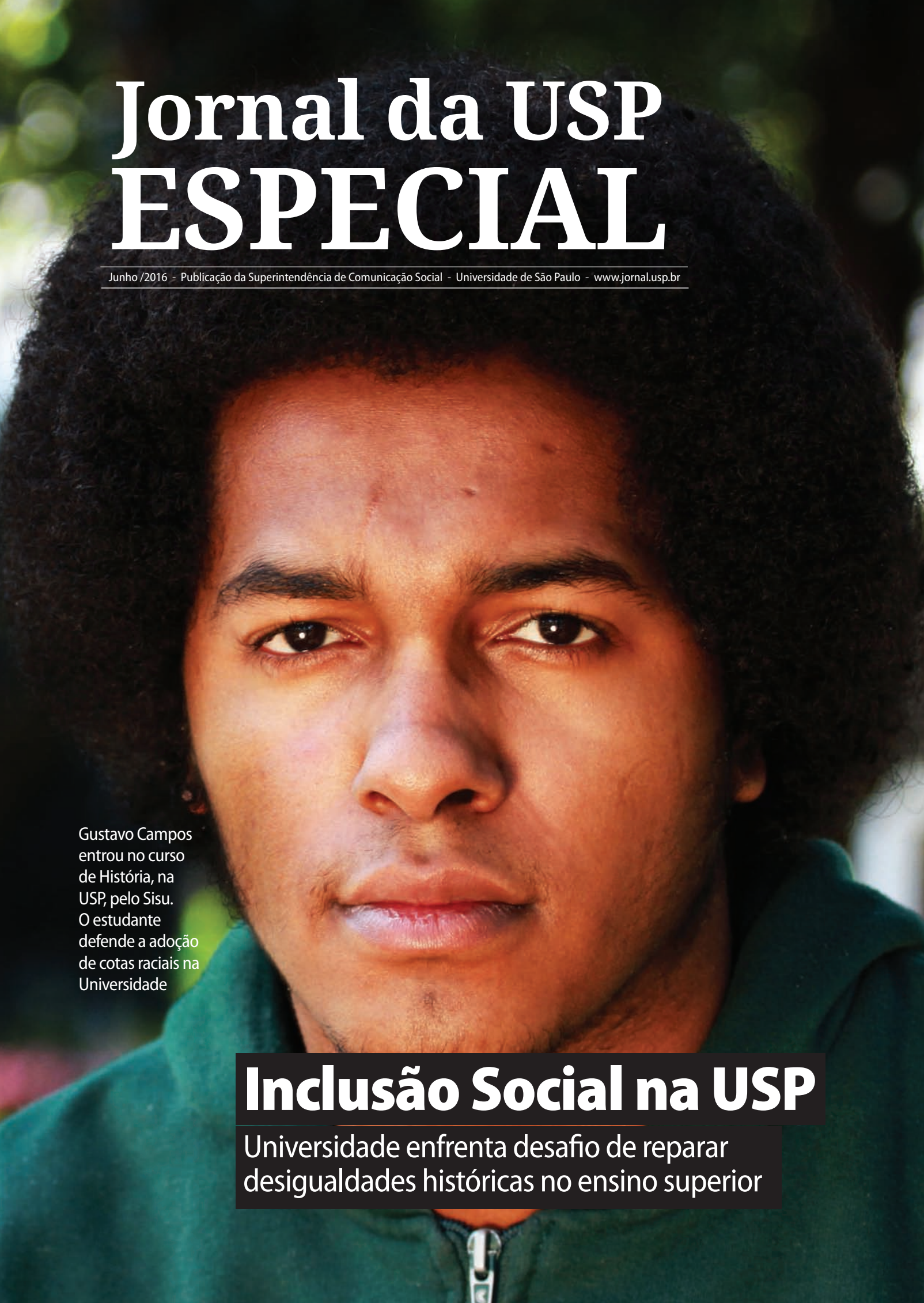
Jornal da USP
ESPECIAL

Junho /2016 - Publicação da Superintendência de Comunicação Social - Universidade de São Paulo - www.jornal.usp.br



Gustavo Campos entrou no curso de História, na USP, pelo Sisu. O estudante defende a adoção de cotas raciais na Universidade

Inclusão Social na USP

Universidade enfrenta desafio de reparar desigualdades históricas no ensino superior

SUMÁRIO

04. Modelo de inclusão adotado pela USP foca o aluno de escola pública
05. Ingressantes de escolas públicas na USP
05. O sistema de cotas

06. Presença de alunos de escola pública nas unidades é desigual
06. Ingressantes de escolas públicas nas unidades em 2016

07. Inclusp ajuda candidatos, mas pede medidas complementares
08. Evolução do bônus
08. Sistema de bonificação do Inclusp
09. Douglas Medeiros Pessoa, 22 anos

10. USP realiza mudança histórica na seleção de alunos
12. Gustavo Campos, 19 anos

13. Na primeira experiência com Enem, USP preenche 55% das vagas
14. Oferecimento de vagas na USP em 2016

15. Campus da Zona Leste ofereceu máximo de vagas em todos os cursos

16. A evolução das políticas de inclusão social na USP

17. Aumenta adesão ao Sisu no vestibular 2017
17. Cursos que exigem provas de habilidade específica não podem aderir ao Sisu

18. Resultados do vestibular ditarão mudanças nos próximos anos
19 Número reduzido de inscritos no vestibular limita inclusão
19 Alunos de escolas públicas inscritos e matriculados na Fuvest

20. Para movimentos, as cotas sociais não substituem as étnico-raciais
21. Pretos, pardos e indígenas na USP
22. Lei do Boi previa cotas em escolas agrícolas

23. "Nenhuma universidade tem autonomia para excluir"

ARTIGOS

25. Apresentação: Por que cotas étnico-raciais?

26. Universidade pública: mérito ou oportunidade?

28. A diversidade racial como um valor institucional

30. A quem interessa a exclusão de negros na USP?

32. As cotas para negros: por que aposto os meus olhos azuis

34. A USP na cidade mais negra do Brasil

USP
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR
Marco Antonio Zago

VICE-REITOR
Vahan Agopyan

SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Eugênio Bucci

Jornal da USP Especial

Coordenação
Marcia Blasques

Reportagem, redação e edição
Aline Naoe
Hérika Dias

Arte
George Campos
Moisés Dorado dos Santos
Pedro Bolle
Thais Helena dos Santos

Produção fotográfica
Cristiane Pradella
Jorge Maruta
Verônica Lopes

Fotografia
Alexandre Gennari
Cecília Bastos Ribeiro
Marcos Santos

Foto da capa
Alexandre Gennari

Revisão
Silvia Vieira

Redação e Administração:
Superintendência de Comunicação Social
Rua da Praça do Relógio, 109, Sala 410
4º andar, Bloco L
Cidade Universitária
São Paulo/SP
CEP 05508-050
Tel: (011) 3091-1530
E-mail: jornausp@usp.br
Site: www.jornal.usp.br

CARTA AO LEITOR

Em 2012, após quatro anos de tramitação no Congresso Nacional e muitos debates na sociedade civil, o governo federal aprovou a Lei de Cotas. Ela estabelece a reserva de metade das vagas dos processos seletivos de todas as universidades e institutos federais a alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. As cotas determinam ainda a destinação de vagas para alunos pretos, pardos e indígenas.

A política afirmativa foi criada para reduzir uma grande distorção. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), no Brasil, mais de 85% dos matriculados no ensino médio estão na rede pública de ensino. Entretanto, quando se observava o ingresso desses alunos em instituições de ensino superior público, havia uma inversão.

O prazo para o cumprimento integral da lei se encerra em 2016, mesma data em que a primeira política institucional de inclusão social da USP completa dez anos. Reavaliado ao longo dos anos, o Inclusp busca atrair os estudantes de escolas públicas a partir da concessão de bônus na nota do vestibular.

O Conselho Universitário colocou meta e prazo para ampliar a presença desses alunos. Até 2018, a graduação da USP deve ter metade de seus calouros egressos da rede pública de ensino. A média geral da Universidade neste ano foi de 34,6%, mas o quadro dentro de cada uma das 42 unidades de ensino e pesquisa revela resultados desiguais. Enquanto a Faculdade de Educação já ultrapassou os 50%, a Escola de Engenharia de São Carlos ainda está em 14,1%.

Para acelerar o processo de inclusão dos alunos, a USP adotou, em 2015, uma medida inédita. Pela primeira vez em 40 anos, foi aberta outra porta de ingresso além da Fuvest: o Sisu. Pelo Sistema de Seleção Unificada, informatizado e gerenciado pelo MEC, as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Com a participação no Sisu, a USP destina uma parcela de suas vagas para estudantes de escolas públicas e pretos, pardos e indígenas, grupos historicamente excluídos da sociedade brasileira e das salas de aula do ensino superior.

Apesar dessas ações, os movimentos organizados dentro e fora da Universidade consideram insuficientes as medidas implantadas até hoje e defendem a adoção de cotas étnico-raciais. A Pró-Reitoria de Graduação da USP não descarta a criação das cotas, desde que a comunidade universitária como um todo esteja afinada com a mudança.

Cumprindo o compromisso de fazer a mediação entre a USP e a sociedade, o **Jornal da USP Especial** traz sua contribuição ao debate e apresenta, de forma transparente, os problemas e soluções que acredita que devem ser considerados na discussão. Boa leitura!

Hérika Dias
Editora de Universidade do **Jornal da USP**

Modelo de inclusão adotado pela USP foca o aluno de escola pública

Propostas buscam atrair estudantes negros e de baixa renda dentro do escopo que vem da rede pública de ensino

Foto: Guilherme Andrade

A Universidade não descarta discutir novas políticas de inclusão além do bônus na Fuvest e do ingresso pelo Sisu

Todo ano, a USP recebe mais de 10 mil novos alunos em seus cursos de graduação. Até 2018, de acordo com o Plano Institucional aprovado pelo Conselho Universitário (Co), a intenção é que metade dos ingressantes, em cada curso e turno, tenha estudado em escolas públicas. E dentro desse número, 35% devem ser pretos, pardos e indígenas (PPI) - a mesma proporção dessas populações no Estado de São Paulo, segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora determine um prazo diferente, a meta segue o estabelecido no Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp), apresentado pelo governo do Estado de São Paulo no final de 2012. A proposta foi desenvolvida junto ao Cruesp, conselho formado pelos reitores da USP, Unicamp e Unesp, e pelos secretários estaduais de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e da Educação. Ela propunha o aumento do número de matrículas no ensino superior de estudantes que tivessem cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, o Pimesp serviu para nortear as políticas de cotas das universidades estaduais paulistas e, como elas têm autonomia administrativa e financeira, coube a cada uma decidir suas políticas internas para cumprir o objetivo.

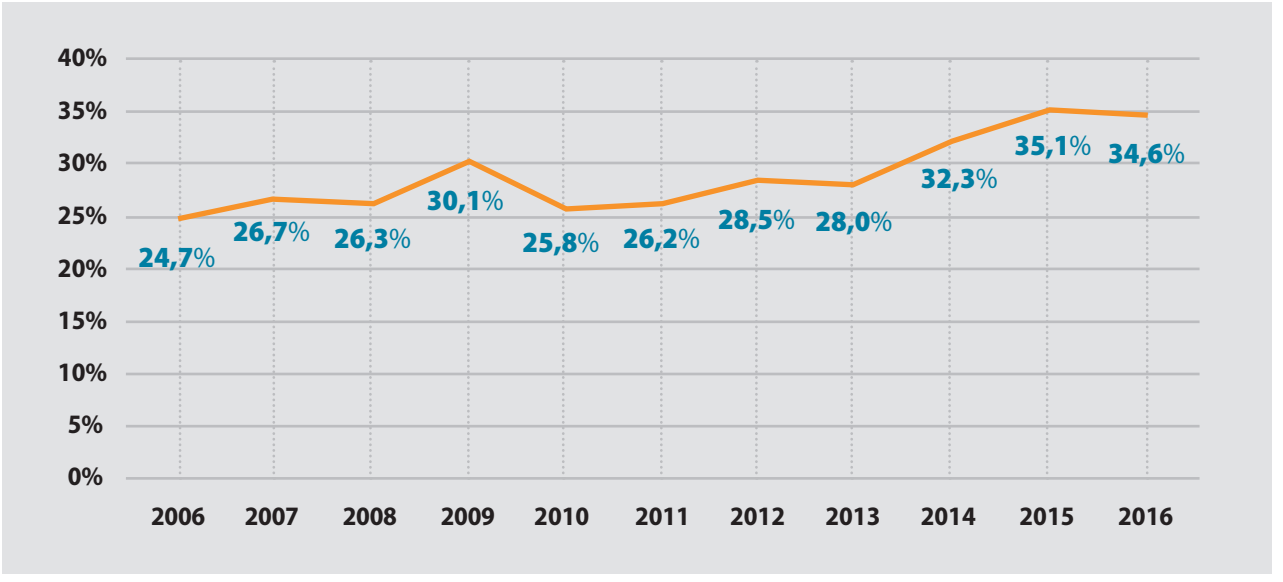
A Unesp adota, desde 2013, um sistema de cotas semelhante às instituições federais, com uma reserva mínima de 35% de vagas em todos os seus cursos para alunos que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse porcentual, estão previstas vagas para pretos, pardos e indígenas. Já a Unicamp implantou em 2005 um sistema de bonificação que atribui pontuação extra no vestibular para os candidatos oriundos de escolas públicas e PPI.

A opção da USP

A USP, por sua vez, trabalha com as duas possibilidades. O Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp) propõe um sistema de pontuação acrescida no vestibular da Fuvest, com bônus para estudantes de escolas públicas e PPI. E com a entrada no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a Universidade reserva vagas em três modalidades: escolas públicas; pretos, pardos e indígenas; e ampla concorrência.

Essas, que são as principais políticas de inclusão da USP, não consideram o critério de renda. Porém, segundo dados da Pró-Reitoria de Graduação, em 2008, o porcentual de alunos matriculados com renda

Ingressantes de escolas públicas na USP



Em 2016, a porcentagem de estudantes de escolas públicas que ingressaram na USP foi de 34,6%, apresentando uma ligeira queda em relação ao ano anterior. Desses, 29% eram pretos, pardos e indígenas, o que representa 1.089 pessoas, em números absolutos, num universo de 11.057 vagas oferecidas

familiar de até sete salários mínimos era de 41,5%. Houve um aumento de 15 pontos porcentuais em 2015, uma mudança compreendida como um efeito do bônus.

Já a questão étnico-racial é contemplada nas duas ações, no entanto, sempre com foco em atrair o aluno que cursou o ensino básico na rede pública.

"As ações afirmativas da USP são focadas na instituição escola pública, que tem todos os perfis de pessoas, não no indivíduo. São jovens que trazem consigo a questão econômica", explica o pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandes.

"Pretos, pardos e indígenas estão dentro desse contexto social. É uma maneira diferente de olhar para a mesma coisa", afirma. O professor ressalta, entretanto, que a ideia de implantar cotas não é descartada pela USP, mas que deve ser discutida e aprovada por parcela majoritária das unidades que compõem a Universidade.

No último vestibular, com a adesão ao Sisu, embora não tenha ocorrido aumento nas matrículas de alunos de escolas públicas nem de pretos, pardos e indígenas, a USP comemorou um salto representativo em outro tipo de diversidade.

De 2000 a 2016, o exame da Fuvest selecionou uma média de 11% de alunos de Estados além de São Paulo. O porcentual aumentou para 15% após a adesão ao Sisu. Hernandes explica que um dos principais objetivos da iniciativa era conseguir atrair jovens talentos de outras regiões do País, para tornar a USP uma universidade do Brasil, não apenas do Estado paulista.

O sistema de cotas

Em agosto de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.711, que obrigou as instituições federais de ensino superior a reservar em seus processos seletivos 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todos os anos do ensino médio na rede pública.

Segundo a Lei de Cotas, como ficou conhecida, metade dessas vagas deve ser destinada àqueles com renda familiar igual ou menor do que um salário mínimo e meio. Além disso, o preenchimento das vagas reservadas deve respeitar a proporção de pretos, pardos e indígenas da população de cada Estado, segundo o último Censo Demográfico do IBGE.

A sanção da lei veio alguns meses depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a política de cotas da Universidade de Brasília (UnB), a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas, em 2003, mesmo ano em que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) decidiram também criar ações afirmativas ao ingresso de alunos.

A lei foi aplicada gradualmente (iniciando-se com a meta de 12,5% das vagas no primeiro ano) e estabelecia o prazo de quatro anos para o porcentual de vagas ser cumprido integralmente, ou seja, até este ano.

Segundo dados divulgados pela então Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, em agosto de 2015, cerca de 150 mil estudantes negros haviam ingressado no ensino superior nos últimos três anos pela Lei de Cotas.

Presença de alunos de escola pública nas unidades é desigual

Em três unidades, metade dos ingressantes vem da rede pública de ensino

A Pró-Reitoria de Graduação apresentou, em maio, as informações sobre o ingresso de estudantes no vestibular 2016, que aprovou 34,6% alunos da rede pública de ensino. Ao analisar como esse número se reflete em cada uma das 42 unidades de ensino e pesquisa da USP, esse porcentual revela uma grande variação.

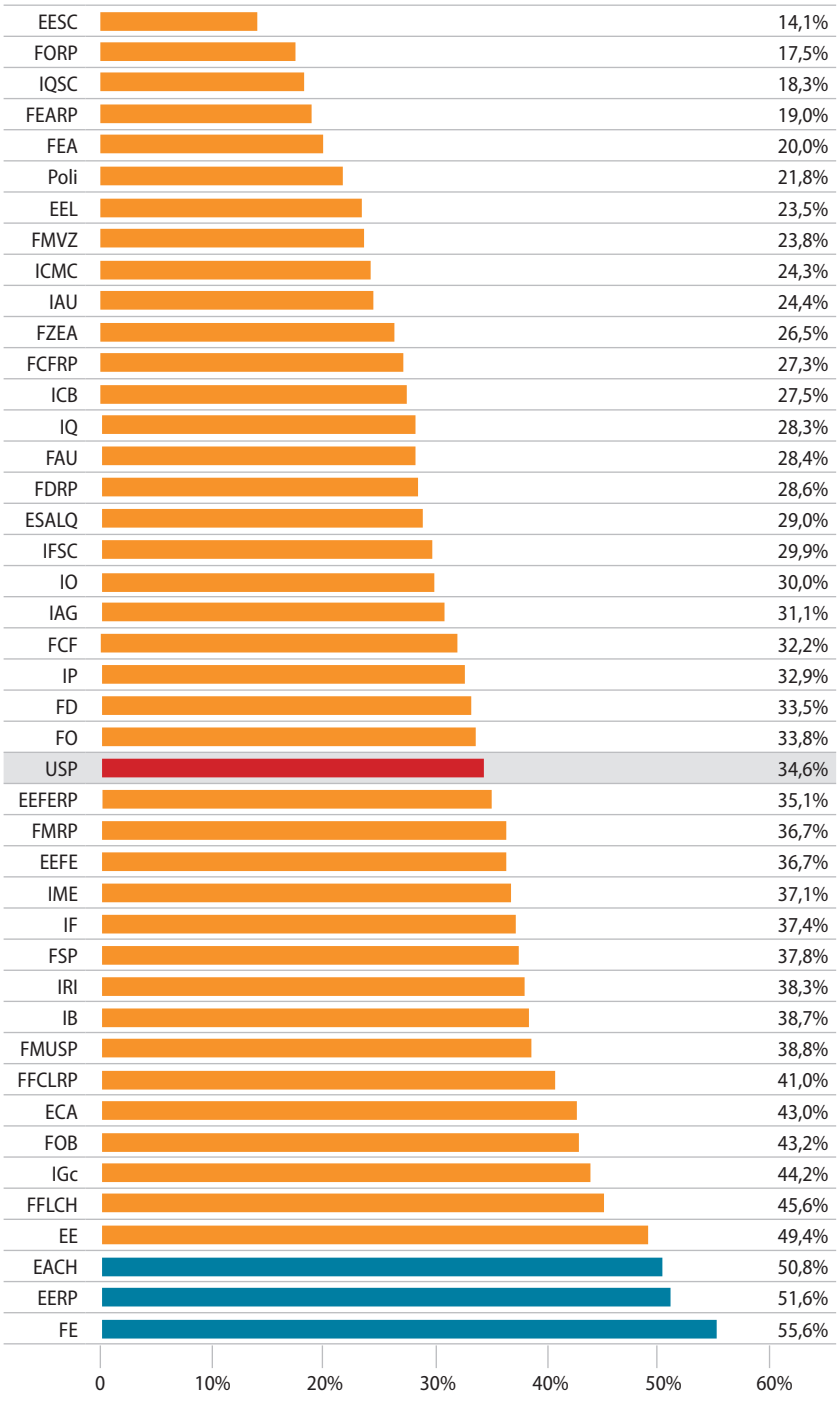
Enquanto algumas unidades já têm metade de egressos da escola pública, outras ainda estão com o porcentual abaixo do esperado. É o caso da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), onde apenas 14,1% dos calouros cursaram o ensino médio na rede pública. A unidade não aderiu ao Sisu no ano passado.

A Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (Forp) também apresentou baixo porcentual de ingressantes de escola pública: 17,5%. O Instituto de Química de São Carlos (IQSC) obteve o terceiro pior resultado: 18,3%.

No outro extremo, estão as unidades que atingiram o porcentual de 50% dos seus estudantes oriundos da escola pública. A Faculdade de Educação (FE) apresentou o índice de 55,6%, seguida da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP), com 51,6%, e a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), com 50,8%.

Vale destacar que a proposta da USP é garantir que cada curso de graduação tenha metade dos seus calouros vindos de escola pública. Os porcentuais mencionados referem-se à totalidade dos cursos dentro de cada unidade.

Ingressantes de escolas públicas nas unidades em 2016



Inclusp ajuda candidatos, mas pede medidas complementares

Programa busca atrair estudantes da rede pública para a Fuvest com bonificação no vestibular

Foto: Cecília Bastos / USP Imagens

Criado em 2006, o Inclusp envolve aumento de até 25% na nota da Fuvest para estudantes de escolas públicas

O Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp) envolve um sistema em que candidatos de escolas públicas recebem bônus (aumento) na nota da primeira fase e na nota final do vestibular da Fuvest. A porcentagem de bônus, hoje, pode chegar a 25%, dependendo do grupo em que o candidato se insere.

Os alunos que cursaram ou estejam cursando todo o ensino médio em escolas públicas têm direito a 12%. Para aqueles que, além disso, tenham estudado todo o ensino fundamental na rede pública, o bônus sobe para 15%.

Alguns desses candidatos podem ser incluídos ainda no Programa de Avaliação Seriada da USP (Pasusp), criado para integrar os estudantes no processo do vestibular, estimulando a participação na prova mesmo antes da conclusão do ensino médio.

O programa é voltado apenas aos alunos que estejam cursando o segundo ou o terceiro ano do ensino médio público e que tenham estudado todo o ensino fundamental também em escolas públicas.

No Pasusp, os estudantes do segundo ano que prestam o vestibular como treineiros recebem 5% de bônus na prova da Fuvest. Caso sejam aprovados na primeira fase do vestibular, ganham 5% de bônus na prova do ano seguinte, quando prestarem a Fuvest novamente. Ou seja, alunos que estejam no terceiro ano do ensino médio e que tenham participado do Pasusp no ano anterior com aprovação na primeira fase recebem, ao todo, 20% de bônus.

Tanto candidatos Inclusp como Pasusp podem obter um bônus adicional de 5% caso se declarem pertencentes ao grupo de pretos, pardos ou indígenas.

Avaliação do Inclusp

Dez anos atrás, quando foi criado, o Inclusp envolvia uma bonificação universal de 3%, que se manteve até o vestibular 2008. Em 2009, foram incorporados mais 6% decorrentes do desempenho no Enem e mais 3% pela prova do Pasusp.

Uma nova mudança só veio a ocorrer em 2012, quando o bônus subiu de 12% para 15%, com acréscimo vindo do Pasusp – pontuação que dependia do número de acertos na primeira fase. Para o vestibular 2013, a USP instituiu mais 5% na nota final da Fuvest para candidatos pretos, pardos e indígenas que tivessem cursado todo o ensino básico na rede pública, totalizando um máximo de 20%.

Finalmente, após avaliar os resultados da Fuvest 2014, foi decidido que o bônus do Inclusp no vestibular seguinte seria desvinculado do desempenho do estudante, ou

seja, desde que o candidato atingisse a nota de corte, ele já receberia os 12% de acréscimo, podendo chegar aos 25%.

Como os resultados do ano seguinte ainda foram considerados insuficientes, com aumento de 32,3% para 35,1% de ingressantes de escolas públicas, utilizar a prova do Enem foi a solução encontrada.

"Nossa opção foi não mudar o valor da bonificação, para não criar distorções. Então tínhamos duas opções: ou implantar cotas ou nos inserirmos naquilo que o Brasil já vinha fazendo, que é o Enem, e oferecer outra porta de ingresso", explica Antonio Carlos Hernandes, pró-reitor de Graduação da USP.

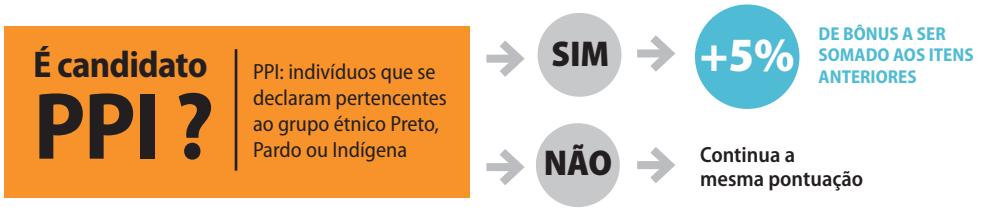
Foi avaliado que, sozinho, o bônus não conseguiria fazer a Universidade atingir a meta de alunos oriundos do ensino público. Ainda assim, o sistema já conseguia cumprir mais da metade do objetivo.

Ao aderir ao Sisu, a USP definiu o limite de 30% de reserva das vagas em cada curso. "Se tem os 30% que entram com a bonificação, mais os 30% que vêm pelo Sisu, acreditamos que a composição dessas duas possibilidades deva atingir a meta de alunos de escolas públicas e de PPI. É uma outra maneira de se chegar ao mesmo resultado", conclui o professor Hernandes.

Evolução do bônus

Ano	Bônus Máximo
2007	3%
2008	3%
2009	12%
2010	12%
2011	12%
2012	15%
2013	20%
2014	25%
2015	25%
2016	25%

Sistema de bonificação do Inclusp



Douglas Medeiros Pessoa, 22 anos

Estudante de Engenharia de Computação da Escola Politécnica (Poli)

Foto: Alexandre Gennari

Morador de Brasilândia, bairro da cidade de São Paulo, Douglas começou a estudar na USP em 2015. A primeira opção de curso era Engenharia Mecânica, mas, como não foi aprovado, seguiu para a segunda opção: Engenharia de Computação.

O curso também estava nos planos, afinal, o sonho era ser engenheiro. A definição da carreira ocorreu durante os dois anos em que frequentou o cursinho oferecido pela própria instituição em que pretendia estudar, a Poli.

Estudar no cursinho gratuito da Poli foi uma ajuda e tanto para Douglas. "Depois que terminei o ensino médio, fiquei um tempo sem estudar para trabalhar. Era para juntar dinheiro. Meu pai não tinha como me manter enquanto eu estudava; com o dinheiro que guardei, consegui me dedicar no cursinho."

Trabalhar e estudar eram a vida dele desde a primeira série do ensino médio, realizado em escola pública. "Sempre estudei em escola pública, desde o jardim de infância", conta o estudante de engenharia. Seu histórico na rede de ensino pública permitiu que ele participasse do Inclusp no vestibular 2015.

"O Inclusp me ajudou. Na primeira fase do vestibular, tinha feito 64 pontos, consegui os 15% de aumento na nota e fui para a segunda fase, quando recebi mais pontos", diz Douglas.

Hoje, como um estudante da USP, ele tenta ajudar outros jovens que, assim como ele, querem fazer uma universidade. Douglas é um dos atuais coordenadores do Cursinho da Poli e dá aulas.

USP realiza mudança histórica na seleção de alunos

Universidade adere ao Sisu e altera, pela primeira vez em 40 anos, a forma de ingresso

Foto: Cecília Bastos / USP Imagens

Cursos da USP ofereceram vagas no Sisu em três modalidades: ampla concorrência, escola pública e pretos, pardos e indígenas

Em 2012, o Ministério da Educação (MEC) criou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A proposta é que as instituições públicas de ensino superior ofereçam vagas nos seus cursos de graduação para estudantes que participam do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado anualmente pelo MEC.

O Sisu realiza duas seleções anuais de candidatos, pois há instituições de ensino superior que realizam dois vestibulares no ano. Como muitas delas adotam ações afirmativas para o ingresso dos alunos, o sistema oferece duas opções: reservar vagas ou adotar bônus na nota. Neste caso, a instituição de ensino superior atribui uma pontuação extra a ser acrescida à nota obtida no Enem pelo candidato. O candidato beneficiado com a bonificação concorre com todos os demais inscritos em ampla concorrência.

USP no Sisu

A participação das instituições no Sisu é voluntária. No caso da USP, o Conselho Universitário aprovou, em junho de 2015, a adesão da Universidade ao sistema em caráter experimental, que passou a valer para aquele mesmo ano, na seleção de ingressantes para 2016.

Um fato histórico, já que, desde 1976, o ingresso nos cursos de graduação da USP dependia exclusivamente de seleção realizada pela Fuvest. A Universidade decidiu adotar a reserva de vagas como política afirmativa, ao invés do bônus na nota.

Foi limitado em 30% o máximo de vagas em cada curso e turno para participar do Sisu e coube a cada unidade a opção de aderir ou não ao sistema. Assim, do total de 11.057 vagas nos cursos de graduação da USP em 2016, 1.489 foram destinadas ao Sisu (13,5%) e 9.568 para a seleção da Fuvest (86,5%).

Das 42 unidades de ensino e pesquisa da USP, 32 aderiram ao ingresso pelo Sisu, somando, ao todo, 105 cursos participantes, que representam 58% do total oferecido pela Universidade.

Entre as unidades da USP que não participaram do Sisu nesta primeira experiência estão: a Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), a

Escola Politécnica (Poli), a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), o Instituto de Química de São Carlos (IQSC), o Instituto de Física (IF), a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e a Faculdade de Odontologia (FO).

Fora essas, a Escola de Comunicações e Artes (ECA), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e o Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU) decidiram não aderir ao Sisu por possuírem cursos que exigem provas de habilidade específica.

Foto: Cecília Bastos / USP Imagens

Alunos aprovados pelo Sisu realizam matrícula na Cidade Universitária

Tipos de vagas

Além de definir quantas vagas destinariam ao Sisu, as unidades também escolheram o tipo de concorrência. Das 1.489 vagas oferecidas via Sisu, 1.038 (70%) foram destinadas a estudantes que completaram integralmente o ensino médio em escola pública (EP), 328 (22%) para ampla concorrência (AC) e 123 (8%) para egressos do ensino médio público autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI).

Para compreender essas modalidades de vagas adotadas pelo Sisu, é preciso entender a portaria do MEC que regulamentou o sistema de seleção. De acordo com essa portaria, as instituições podem oferecer cinco tipos de vagas, chamadas de AC, L1, L2, L3 e L4.

- **AC** são vagas disponibilizadas para ampla concorrência, ou seja, qualquer aluno que tenha feito a prova do Enem.
- **L1** são destinadas a candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- **L2** são vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- **L3** são vagas disponibilizadas para candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- **L4** destinam-se a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Foto: Cecília Bastos / USP Imagens

Ao todo, 105 cursos da USP ofereceram vagas pelo Sisu para ingresso em 2016

A USP deu como opções para suas unidades de ensino oferecer vagas apenas em três dessas modalidades: AC, L3 e L4. Duas dessas categorias foram renomeadas na Universidade: L3 passou para EP (escola pública) e L4 foi denominada PPI (pretos, pardos e indígenas).

Segundo o pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandes, a opção por não adotar o critério de renda se justifica porque esses alunos seriam contemplados dentro da cota que envolve a escola pública.

Gustavo Campos, 19 anos

Estudante de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)

Foto: Alexandre Gennari

Após dois anos de cursinho, Gustavo Campos se tornou em 2016 um calouro do curso de História. Morador do Jardim João XXIII, bairro localizado no extremo oeste de São Paulo, o estudante ingressou na USP por meio do Sisu, ocupando uma das vagas destinadas a alunos de escolas públicas, onde estudou toda sua vida.

Além da prova do Enem, necessária para o ingresso pelo Sisu, Gustavo também prestou o vestibular da Fuvest, no qual se candidatou ao curso de Administração e foi aprovado. Utilizou a bonificação do Inclusp, mas, mesmo sem a pontuação extra, teria sido aprovado na primeira fase.

Para o futuro historiador, a USP já deveria ter implantado o sistema de cotas raciais. "A desigualdade social na Universidade é muito presente. Na minha sala de aula, em geral, tem um ou dois negros", relata. "Sempre estudei em escola pública, fiz um cursinho popular, levei dois anos para entrar. E a maioria das pessoas que passa por essa dificuldade é preta e pobre."

Na primeira experiência com Enem, USP preenche 55% das vagas

Universidade avalia erros operacionais que prejudicaram a convocação de mais alunos pelo Sisu

Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Ingressaram na USP pelo Sisu 814 alunos. Alguns cursos não tiveram nenhum matriculado

O vestibular de 2016 foi o primeiro em que a USP adotou o Sisu como forma de ingresso em seus cursos de graduação. A Universidade destinou 1.489 das suas 11.057 vagas para o Sisu, das quais foram preenchidas 814, o que equivale a pouco mais da metade do total oferecido: 55%. Segundo o pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandes, essa primeira experiência mostrou acertos e erros, que serão considerados no vestibular 2017.

O não preenchimento das vagas deu-se, principalmente, por dois motivos, aponta Hernandes. Em primeiro lugar, o fato de o edital ter previsto apenas quatro chamadas: após a última convocação ainda havia demanda e candidatos habilitados para as vagas, mas estas foram destinadas à Fuvest, conforme estabelecido.

Um exemplo é o que ocorreu na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), que havia destinado dez vagas pelo Sisu, todas inicialmente preenchidas. Porém, metade dos candidatos selecionados acabou sendo aprovada também na Fuvest, mas no curso de Medicina da USP em São Paulo, onde se matricularam. As vagas de Ribeirão ficaram ociosas e não puderam ser preenchidas novamente, pois a última chamada do Sisu já tinha acontecido.

Outro motivo apontado foram as notas mínimas definidas para as provas do Enem, consideradas muito altas. Os cursos definiram a nota mínima exigida para cada uma das provas realizadas pelos estudantes no Enem (Redação, Matemática e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias) e os pesos atribuídos a cada uma delas. Notas mínimas entre 450 e 700 pontos, com pesos que variaram de 1 a 4, foram calculadas de acordo com a definição da unidade ou da Pró-Reitoria de Graduação.

Balanço

Em entrevista à reportagem do **Jornal da USP**, em janeiro, professores de algumas unidades de ensino da Universidade avaliaram o desempenho no primeiro ano do Sisu.

A professora Rosana C. M. Grillo Gonçalves, presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), explicou que a definição dos critérios para estabelecer as notas foi feita em caráter experimental, já que até então não havia comparativos entre as notas de corte da Fuvest e as do Enem.

"E dado o caráter inovador da introdução de um novo processo de admissão e consequentes incertezas, o consenso na FEARP foi de que a disponibilização de 10% das vagas para ingresso via Sisu seria adequada para o vestibular 2016, podendo vir a ser alterada nos próximos anos", complementa.

De acordo com a professora, para os cursos de Ciências Contábeis, Economia e Economia Empresarial e Controladoria, a exigência de 600 pontos mostrou-se satisfatória. Já a determinação da pontuação mínima de 700 pontos para o curso de Administração mostrou-se muito elevada. A FEARP destinou 28 vagas para o vestibular 2016 via Sisu e, dessas, seis foram preenchidas.

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) foi uma das unidades que não preencheram nenhuma das 56 vagas dos três cursos que participaram do Sisu. O presidente da Comissão de Graduação da Esalq, professor Luis Eduardo Aranha Camargo, também destacou a necessidade de discutir os resultados e propor a diminuição da nota de corte.

Segundo o professor, as notas do vestibular 2016 via Sisu foram definidas utilizando como referência as notas de cursos semelhantes oferecidos por universidades federais, considerados de nível equivalente aos oferecidos pela Esalq.

Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), a professora Mayra Elena Ortiz D'Avila Assumpção reiterou a necessidade de mudar a estratégia de ação, já que esperavam ter mais interessados nas vagas oferecidas. A FMVZ destinou oito vagas em seus cursos e preencheu apenas uma.

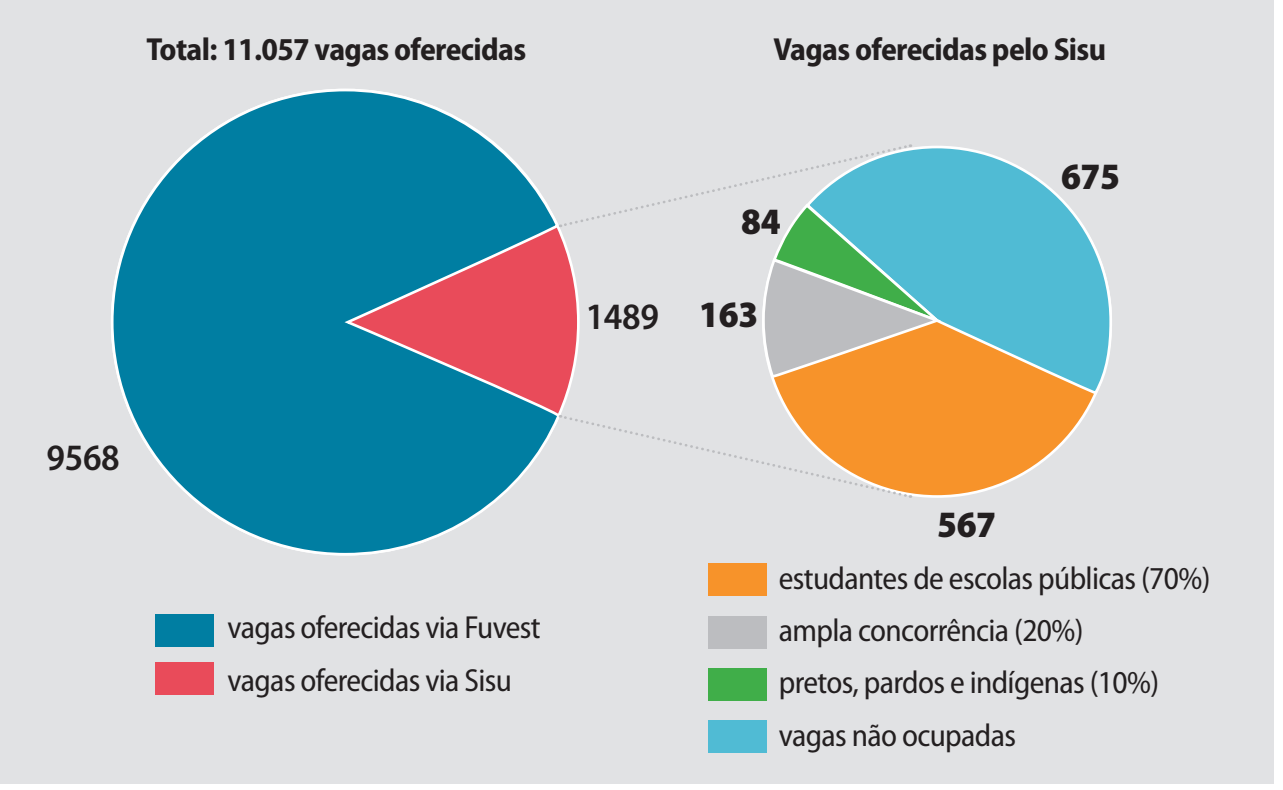
No Instituto de Matemática e Estatística (IME), foram matriculados 11 alunos, das 23 vagas oferecidas em quatro cursos. A presidente da Comissão de Graduação da unidade, Lúcia Pereira Barroso, pondera, no entanto, que os resultados desta primeira experiência só poderão ser avaliados com o tempo, sendo necessário verificar o desempenho, a adaptação e a evasão dos alunos.

Dos 105 cursos que ofertaram vagas no Sisu:

21 cursos	37 cursos	32 cursos	15 cursos
20%	35,2%	30,5%	14,3%
PREENCHIMENTO DE VAGAS			
igual ou superior a 75%	maior ou igual a 50% e menor do que 75%	inferior a 50%, mas não zero	não tiveram nenhum aluno matriculado, ou seja, zero de preenchimento das vagas

Oferecimento de vagas na USP em 2016

Das 1.489 vagas oferecidas pelo Sisu, 814 foram preenchidas. As 675 vagas restantes foram incorporadas à Fuvest



Campus da Zona Leste ofereceu máximo de vagas em todos os cursos

Em 2016, a USP destinou pelo Sisu 123 vagas para pretos, pardos e indígenas. A EACH, sozinha, foi responsável por 102 delas

Foto: Denis Pacheco / USP Imagens

No ano passado, a EACH foi a única unidade da USP a ter mais da metade dos alunos egressos do ensino médio público

Na primeira experiência da USP utilizando o Sisu como forma de ingresso, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) aceitou o desafio sem restrições. Reservou o número máximo de vagas, estipulado pela Pró-Reitoria de Graduação em 30%, em todos os cursos oferecidos no campus.

Em cada um dos cursos, as vagas foram distribuídas igualmente entre as três modalidades possíveis: ampla concorrência, oriundos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI).

Poucas unidades optaram pela modalidade PPI. Do total de 123 vagas destinadas a esse grupo pela USP em 2016, a escola foi, sozinha, responsável por 102 vagas. "A EACH reconhece a necessidade de que sejam reservadas vagas para cotas raciais", afirma a presidente da Comissão de Graduação da unidade, Nádia Zanon Narchi.

Segundo dados da Comissão, em 2015, a porcentagem de pretos, pardos e indígenas matriculados na EACH foi de 16,4%. Em alguns cursos, como o de Obstetrícia e a Licenciatura em Ciências da Natureza, esse número ultrapassa os 40%.

Segundo a diretora da escola, Maria Cristina Motta de Toledo, a unidade tem se manifestado sempre a favor de medidas inclusivas, especialmente as relacionadas às formas alternativas de ingresso baseadas em critérios socioeconômicos e étnico-raciais. Mesmo não tendo preenchido todas as vagas oferecidas pelo Sisu, será mantido o porcentual máximo de vagas para o próximo vestibular.

Em 2015, a EACH foi a única unidade da USP a ter mais da metade dos alunos oriundos de escolas públicas, atingindo o porcentual de 52,2%. Além de o campus estar na zona leste de São Paulo, região marcada por desigualdades sociais e econômicas, Nádia acredita que o fato de quase todos os cursos serem oferecidos em meio período, atraindo alunos que trabalham, ajude a explicar o grau de inclusão conquistado. Outro fator seria a menor concorrência dos cursos, que são novos e ainda pouco conhecidos pelo público.

A evolução das políticas de inclusão social na USP

2006

Criação do Inclusp
Concessão de bônus universal de 3% para alunos de escolas públicas para o vestibular 2007

2007

Aprovação de 333 candidatos pelo Inclusp
Número de ingressantes da rede pública sobe de 24,7% para 26,7%

2008

Criação do Pasusp
Objetivo da avaliação seriada é aproximar a USP das escolas públicas

2009

Bônus pode chegar a até 12%

2012

Bônus máximo passa de 12% para 15%

2013

USP estabelece meta de 50% de alunos da rede pública para 2018
Plano Institucional da USP estabelece ainda que o porcentual de PPI deverá atingir o porcentual verificado pelo último censo do IBGE

Bônus máximo aumenta para 20%

2014

Bônus pode chegar a até 25%
Criação de novo grupo de beneficiados pelo bônus. Pretos, pardos e indígenas que tenham cursado o ensino básico em escolas públicas passam a receber 5% de bônus adicional

Campanha #vocetambempode
Objetivo é estimular alunos de escolas públicas a ingressarem na USP

2015

Recorde de ingressantes de escolas públicas
Número passou de 32,3%, em 2014, para 35,1%, maior índice registrado desde a criação do Inclusp

Adesão da USP ao Sisu
São destinadas 1.489 vagas pelo sistema, que utiliza a nota do Enem

2016

Avaliação dos primeiros resultados do Sisu

USP amplia número de vagas no Sisu para 2017

Fotos: Diogo Moreira, Cecília Bastos e Marcos Santos / USP Imagens

Aumenta adesão ao Sisu no vestibular 2017

Quatro unidades que não participaram no ano passado já confirmaram vagas para o processo seletivo

Para o vestibular 2017, a USP oferecerá pelo menos 1.819 vagas via Sisu, um aumento de 22,1% em relação ao ano passado, quando havia 1.489. Parte das vagas anunciadas foram distribuídas nas seguintes modalidades: 1.065 para escola pública (EP), 428 para ampla concorrência (AC) e 239 para pretos, pardos e indígenas (PPI). Ainda há 87 vagas a serem definidas.

Entretanto, esses números serão ampliados, já que os dados são preliminares. Algumas unidades da USP não haviam enviado suas decisões à Pró-Reitoria de Graduação até a data da reunião do Conselho de Graduação, no dia 16 de junho.

Os números finais serão confirmados na reunião do Conselho Universitário da USP prevista para o dia 28 de junho. Nas vagas destinadas pelo Sisu, em 2016, 1.038 eram EP, 328, AC e 123, PPI.

Quatro unidades que não participaram no ano passado já atribuíram vagas para o próximo processo seletivo. Os estudantes poderão concorrer aos cursos oferecidos pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) - exceto aqueles que exigem provas de habilidade específica, Escola Politécnica (Poli), Faculdade de Odontologia (FO) e Instituto de Química de São Carlos (IQSC).

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), que participou da edição passada com apenas três dos seus cursos de graduação, incluiu os outros quatro.

Por outro lado, a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) e o Instituto de Física (IF) decidiram novamente não participar do Sisu. A Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) não informaram, até o fechamento desse especial, se iriam aderir ao Sisu. Em 2015, essas unidades ofereceram vagas apenas pela Fuvest.

Cursos que exigem provas de habilidade específica não podem aderir ao Sisu

Nem todos os cursos de graduação podem utilizar o Sisu como processo de seleção de vagas. A restrição consta na Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012, do Ministério da Educação, que traz no capítulo dois informações sobre "Adesão das instituições públicas e gratuitas de ensino superior".

Segundo a portaria, "não poderão ser oferecidas por meio do Sisu vagas em cursos que exijam teste de habilidade específica e na modalidade de ensino a distância (EAD)", já que o Enem não realiza esse tipo de avaliação. Esse é caso dos cursos de Artes Cênicas, Música, Audiovisual, Design, Artes Visuais e Arquitetura.

Por esse motivo, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e o Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU) não podem participar do Sisu.

Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Seleção para curso de música envolve prova prática

Já a Escola de Comunicações e Artes (ECA) tem apenas quatro cursos que exigem provas de habilidades específicas na escolha dos candidatos - Audiovisual, Artes Cênicas, Artes Visuais e Música, mas decidiu não participar do Sisu no vestibular 2016.

Para 2017, a unidade anunciou que os cursos de Biblioteconomia, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Relações Públicas, Educomunicação, Editoração e Turismo terão vagas selecionadas pelo Sisu.

Resultados do vestibular ditarão mudanças nos próximos anos

Outras ações afirmativas serão discutidas pela USP caso o próximo processo seletivo não traga mudanças no perfil dos ingressantes

Foto: Cecília Bastos / USP Imagens

Decisões sobre o ingresso na USP devem ser aprovadas no Conselho Universitário

Em 2017, a Universidade utilizará o Sisu como forma de ingresso pela segunda vez, corrigindo os principais erros operacionais identificados na primeira experiência – número limitado de chamadas e notas de corte elevadas – e com maior adesão das unidades.

"Se depois da segunda vez não houver mudança, será inevitável ampliar a discussão sobre outras ações", afirma o pró-reitor de Graduação da USP. "Será uma decisão quase que natural colocar cotas."

Segundo Hernandes, o compromisso é fazer com que o processo avance. Por isso, o Inclusp foi repensado ao longo dos anos e, identificada sua insuficiência para atingir a meta prevista de alunos oriundos do ensino médio público, foi introduzido o ingresso pelo Sisu. Se a medida não funcionar, o professor acredita que a questão das cotas raciais deverá entrar, de forma mais incisiva, na pauta dos gestores da instituição.

Decisão do Co

Uma possível mudança sobre a atribuição de cotas para ingresso de determinados grupos sociais na USP deve, necessariamente, passar pelo Conselho Universitário (Co), órgão máximo da instituição, responsável por definir suas principais diretrizes.

Além do reitor, do vice-reitor e dos pró-reitores, integram o Co diretores e representantes da Congregação de todas as unidades, a Controladoria Geral e também representantes de docentes, discentes, servidores e de categorias diversas, como museus, antigos alunos e a Fapesp.

Hernandes compara o papel das unidades da USP com o dos Estados brasileiros, por terem autonomia, mas estarem subordinados a uma instância maior. Assim, se o Conselho Universitário decidir implantar cotas, todas as unidades deverão acatar a decisão.

Porém, o pró-reitor ressalta que as determinações na USP devem ocorrer de modo consensual, com aprovação da maioria. "Você cria um rompimento institucional se algo é aprovado, mas com margem pequena. Não podemos simplesmente mudar radicalmente de uma hora para outra", explica.

Número reduzido de inscritos no vestibular limita inclusão

Porcentual de alunos de escolas públicas e de pretos, pardos e indígenas na Fuvest não tem subido ao longo dos anos

Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Ações nas escolas e parcerias têm sido promovidas para aumentar interesse de candidatos

Nos últimos cinco anos, a média de alunos de escolas públicas que participam do vestibular da Fuvest é de pouco mais de 34% do total de inscritos, número que tem sofrido poucas alterações ao longo dos anos.

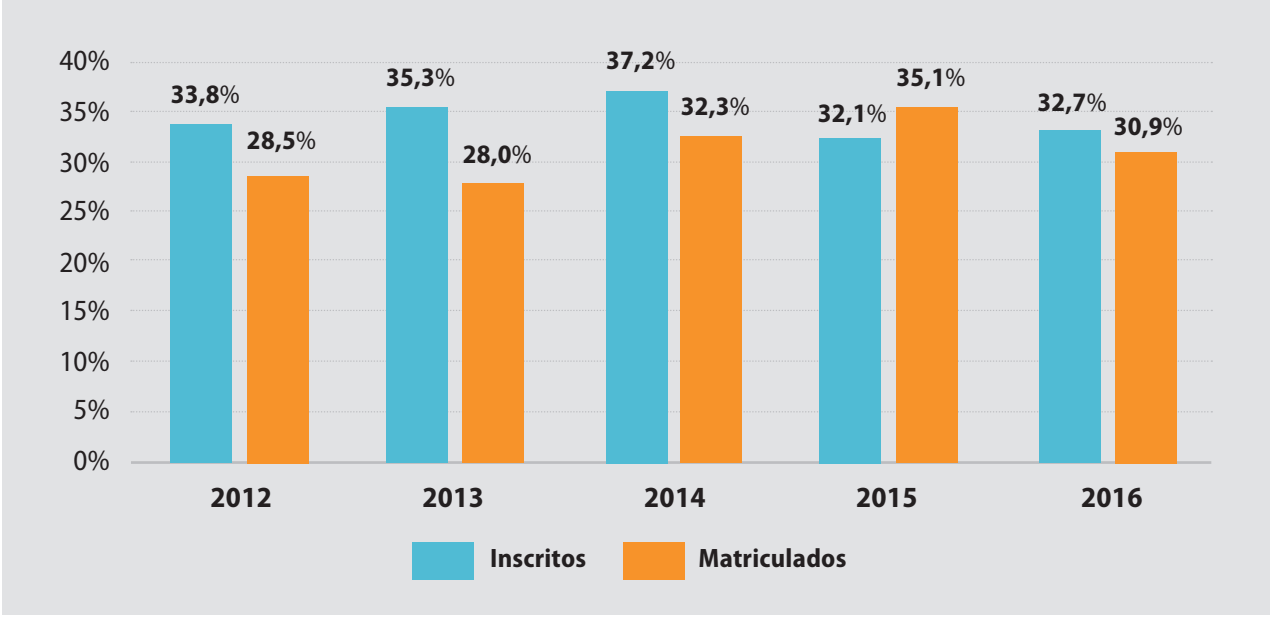
"Se considerarmos que cerca de 140 mil pessoas prestam a prova, então isso significa 47,6 mil alunos de escolas públicas inscritos. Mas se anualmente 360 mil alunos se formam no ensino médio público em São Paulo, isso quer dizer que apenas 13% deles se inscrevem no nosso vestibular", avalia o pró-reitor de Graduação. Para ele, esses números também ajudam a explicar a porcentagem de PPI entre os ingressantes.

Segundo Hernandes, a USP está em contato com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo com a proposta de convidar estudantes do ensino público a prestarem a Fuvest, com isenção das taxas de inscrição.

A ideia é selecionar alunos que obtiverem bom desempenho no exame do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). A prova é aplicada anualmente pela secretaria para monitorar a educação básica no Estado. "Fazendo este convite todos os anos, esperamos poder trazer pelo menos mais 40 mil alunos para a Fuvest", comenta Hernandes.

Além desta ação, a USP também busca atrair jovens para o vestibular, principalmente por meio das Feiras de Profissões, que acontecem na capital e nos campi do interior, e de campanhas como a #vocetambempode, criada em 2014 para esclarecer como é o ingresso na USP e estimular alunos da rede pública de ensino a concorrer a uma vaga na Universidade.

Alunos de escolas públicas inscritos e matriculados na Fuvest



Ao longo dos anos, o porcentual de alunos de escolas públicas que se candidatam à prova da Fuvest tem apresentado poucas variações, mesmo com a concessão de isenção total ou parcial de taxa de inscrição

Para movimentos, as cotas sociais não substituem as étnico-raciais

Negros e indígenas organizados na USP defendem políticas específicas de inclusão social

Em 2015, a USP atingiu o porcentual máximo de alunos pretos, pardos e indígenas (PPI) nos últimos dez anos em relação aos ingressantes que estudaram o ensino médio em escolas públicas. O número obtido, de 32,1%, é próximo da meta de 35% estabelecida pela Universidade.

Esse porcentual, no entanto, é reduzido para 18,8% se consideramos a proporção de PPI no total de matriculados - foram 2.058 alunos num universo de 10.955. O que significa que, naquele ano, mais de 80% dos novos alunos da USP eram brancos, um quadro criticado por movimentos sociais da Universidade.

Para eles, a representação da sociedade brasileira e paulista não está presente na USP. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são quase 200 milhões de brasileiros. Mais da metade da população, 54%, se autodeclara preta ou parda na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2014.

O Estado de São Paulo concentra quase um quarto de toda a população brasileira, com quase 43 milhões de pessoas, de acordo com estimativa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Desse total, 34,6% se autodeclaram pretos ou pardos.

"As universidades paulistas são um dos últimos redutos de resistência da aplicação de políticas e ações afirmativas para populações negras e indígenas no País. Cotas raciais na USP não são uma concessão dessa instituição, nem um favor, estamos cobrando das três instituições de ensino superior público de São Paulo que sejam aplicadas as políticas de reserva de vagas. Não queremos bônus, mas reservas de vagas para a população negra e indígena por todo o histórico de luta e de contribuição que essas populações tiveram e têm na formação e na manutenção do País", defende a bióloga Maria José Menezes, integrante do Núcleo de Consciência Negra (NCN) da USP.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Movimentos consideram as cotas uma reparação histórica

O NCN, segundo Maria José, tem um histórico de 28 anos de combate à desigualdade racial na Universidade, de ações para a democratização do conhecimento e pela construção de uma sociedade sem preconceitos e sem exclusões. Para isso, ele oferece cursinho pré-vestibular popular, aulas de idiomas, palestras e debates sobre questões de raça e gênero.

Maria José ressalta que não há como alterar o quadro de desigualdade socioeconômica no Brasil sem antes resolver as questões raciais. E uma das ferramentas para isso é pensar em medidas de Estado que combatam as desigualdades raciais em todas as esferas públicas, na saúde, na educação, na moradia etc.

O NCN participa da Frente Pró-Cotas Raciais do Estado de São Paulo, que propôs à Assembleia Legislativa Estadual uma alternativa ao Projeto de Lei 530/2004, sobre o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista (Pimesp).

De acordo com o texto, USP, Unicamp e Unesp devem garantir 55% de cotas, assim divididas: 25% para candidatos autodeclarados negros e indígenas; 25% para candidatos oriundos da rede pública de ensino, sendo que, deste porcentual, 12,5% reservados para estudantes cuja renda familiar per capita seja igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; e 5% para candidatos com deficiência, nos termos da legislação em vigor.

"Esse projeto é absolutamente ignorado pelas instituições de ensino estadual, isso é muito grave porque ele tem uma aplicação e uma

possibilidade de avançarmos para a implementação de políticas verdadeiras para a inclusão racial dentro dessa estrutura de representatividade da população brasileira", afirma a integrante do NCN.

Ela lembra ainda que as cotas nas universidades são uma reparação histórica da apropriação por pesquisadores do conhecimento de indígenas e africanos e seus descendentes.

"Essas populações têm e tiveram um papel fundamental na pesquisa e na geração de conhecimento, mas elas não são os sujeitos desse conhecimento porque ele foi expropriado delas, houve uma apropriação de conhecimento e todos nós sabemos que isso aconteceu e acontece até os dias de hoje. E uma forma de resolver esse débito que a ciência tem com essas populações é dar o devido mérito a esses povos, o conhecimento que temos hoje da fauna e da flora brasileira, o conhecimento de vários medicamentos que atuam nas diversas doenças, que foi passado e ensinado pelas populações originárias indígenas e africanas para os pesquisadores", defende Maria José.

Foto: Alexandre Gennari

Em junho, encontro na USP discutiu a pauta dos indígenas

Ocupação Preta

"Vocês podem perceber, se derem uma olhadinha na sala, que existe uma diferença muito grande de cor, classe social e, muitas vezes, de gênero, de pessoas que entram na Universidade de São Paulo." Esse trecho faz parte da fala de um militante do movimento Ocupação Preta durante intervenção em sala de aula na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, realizada em março de 2015.

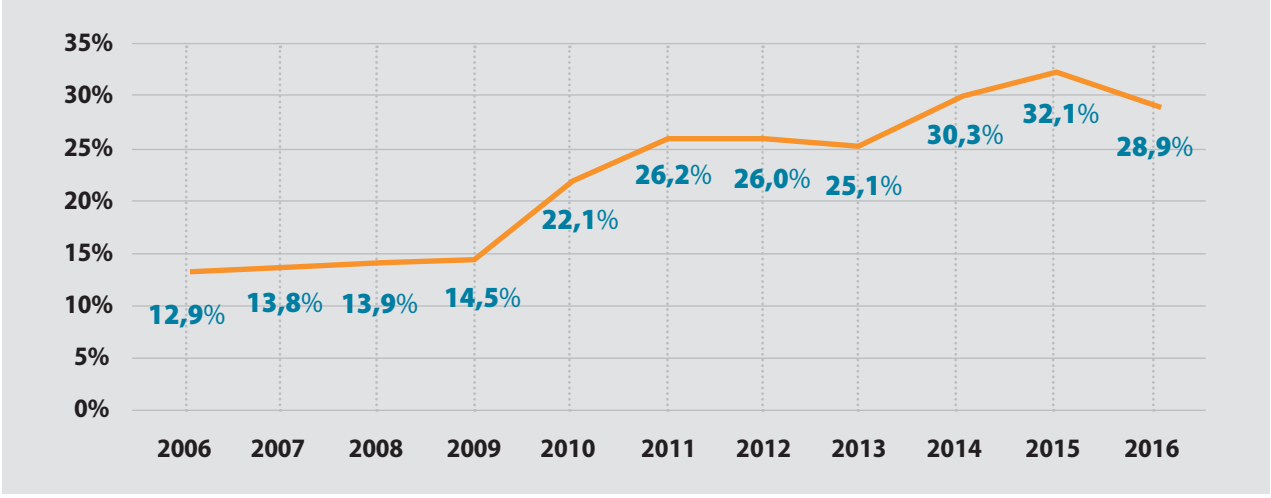
O Ocupação Preta iniciou suas atividades em março do ano passado com a proposta de intervir em espaços da USP para debater a questão racial e, principalmente, a necessidade das cotas. Na época, o Conselho Universitário (Co) da USP faria uma reunião para discutir as formas de ingresso no vestibular 2016.

Um grupo de estudantes negros do campus da USP da capital e outro de fora da Universidade decidiram se encontrar e fazer a ocupação em uma aula que estava acontecendo na Escola Politécnica (Poli), para questionar os alunos se eles estavam sabendo sobre o encontro do Co.

"Resolvemos partir para a ação concreta, direta, mostrando para o pessoal que estamos numa luta por cotas étnicas raciais e não somente sociais, porque entendemos a Universidade como um espaço de poder e que exclui quase que totalmente pessoas negras", explica Marcelo Moreira de Jesus, estudante da Faculdade de Odontologia (FO) e integrante do Ocupação Preta.

O grupo escolhe um dia para interromper uma aula ou um evento na Cidade Universitária e realizar a discussão sobre o tema. Alguns estudantes criticam o modo de atuação do Ocupação Preta, dizendo que são radicais

Pretos, pardos e indígenas na USP



Porcentual em relação aos ingressantes de escolas públicas

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Grupo de alunos realiza ato a favor do sistema de cotas na Cidade Universitária

ao restringir o direito de ter aulas.

"Falamos, nas ações de ocupação, que não estamos ali para acabar com a aula deles. Na verdade, estamos propondo uma intervenção política, tirar o pessoal da normalidade. São 20 a 30 minutos da aula, em que fazemos com que reflitam um pouco sobre o racismo institucional que vivemos na USP", destaca Moreira de Jesus.

As ações do movimento começaram a ter maior repercussão justamente com a intervenção realizada na FEA, mencionada anteriormente. Houve um embate entre o grupo que paralisou a aula para discutir a questão das cotas na USP e os estudantes da FEA que se recusavam a participar do debate. Em vídeo divulgado na internet, um dos alunos diz que quer assistir a sua aula de microeconomia e, sobre as cotas, "é só estudar e entrar na universidade".

Moreira de Jesus conta que a maioria dos estudantes da Universidade não quer participar do debate sobre a inclusão do negro e defende a atitude de ocupar as salas de aula para fazê-los refletirem sobre o tema.

"Eles fazem questão de não se apropriar desse debate, de não se apropriar do discurso do negro e da negra para se manter naquela condição confortável de estudante uspiano privilegiado. Quando os convidamos para a discussão em forma de mesa, debate, eles não vão. Então, vamos até eles fazer com que reflitam, em primeiro lugar, sobre o privilégio nosso de ser da USP, depois debatemos a questão da ausência do negro e da negra na Universidade", explica o estudante.

No Facebook, o Ocupação Preta lançou uma campanha questionando o motivo da USP não ter cotas, utilizando a hashtag #PorqueaUSPnãotemcotas. O movimento acusa a Reitoria da Universidade de ignorar a demanda dos movimentos negros de dentro e de fora da USP.

Invisibilidade

Estudantes indígenas também consideram as ações afirmativas da USP insuficientes para a inclusão deste grupo étnico. Segundo o último Censo Demográfico do IBGE, vivem no estado de São Paulo 41.794 indígenas, o que representa 0,1% da população paulista. Um dos movimentos organizados dentro da Universidade, o Levante Indígena, afirma que é preciso tirar essa pauta da invisibilidade.

Segundo o movimento, o sistema de bonificação é ilusório, já que o próprio vestibular da Fuvest é considerado uma barreira para chegar até a Universidade. "O vestibular entra em conflito com a educação própria de cada povo, visto que não são os conhecimentos indígenas que estão ali sendo cobrados, e sim uma imposição acadêmica", declarou o Levante Indígena em nota enviada ao **Jornal da USP Especial**.

Outro ponto lembrado pelos integrantes é que as questões das provas envolvem interpretação de textos e, para aqueles cujo português é uma segunda língua, isso representa mais um entrave.

"Esses problemas também se encontram nas vagas pelo Sisu, com o agravante de que estudantes de escola pública, negros, pardos e indígenas estão disputando essa porcentagem. Não existe paridade entre essas quatro categorias", defendem.

Para o Levante Indígena da USP, é preciso pensar em políticas específicas de inclusão que vão além das cotas, como vestibular específico, centro de apoio, cursinho e ingresso por meio de entrevista.

Lei do Boi previa cotas em escolas agrícolas

A adoção de cotas em instituições de ensino não é uma novidade. Em 1968, durante o regime militar, o general Costa e Silva sancionou a Lei nº 5.465, que reservava vagas específicas em escolas agrícolas do ensino médio e superior mantidas pelo governo federal.

Chamada de Lei do Boi, ela destinava 50% das vagas para matrícula na primeira série do ensino médio de escolas agrícolas e 50% para matrículas nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária. Os beneficiários eram "candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residiam com suas famílias na zona rural".

As escolas de ensino médio não agrícolas também deveriam reservar parte de suas vagas, 30% delas para o mesmo público, mas com a ressalva de que eles residissem em cidades ou vilas que não possuíssem unidades de ensino desse tipo.

A lei vigorou por 18 anos, até 1985, quando o então presidente José Sarney revogou a Lei do Boi por meio da Lei nº 7.423, de 17 de dezembro. Jornais da época denunciaram que a reserva dessas vagas beneficiava apenas filhos de fazendeiros e não pequenos agricultores.

“Nenhuma universidade tem autonomia para excluir”

Representante de um dos principais movimentos sociais do Brasil cobra ação pontual para adoção de cotas na USP

Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Inclusão de negros em universidades é uma das principais bandeiras da Educafro

A organização não governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) é um dos principais movimentos sociais pela inclusão da população afrodescendente e de baixa renda nas universidades. Entre as atividades desenvolvidas em diversos municípios do País, estão cursinho pré-vestibular gratuito e suporte para interessados em obter bolsa integral em instituições particulares de ensino superior.

Mas foi o trabalho de pressão para a criação de políticas públicas específicas para a população negra que popularizou ainda mais a Educafro, como a criação da Lei de Cotas nas instituições de ensino superior federal, em 2012.

A mais recente conquista, depois de cinco anos de ações junto ao Ministério da Educação (MEC), foi o lançamento, no início de maio, de portaria que incentiva o debate de cotas na pós-graduação. A intenção é que instituições de ensino superior criem condições para promover a inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação.

À frente de todo esse trabalho está um franciscano, o frei David. Fundador e diretor-executivo da Educafro, ele teve a ideia de criar a organização em 1976, quando sentiu a “total e radical ausência do negro de todos os espaços de poder, de simbolismo da nação brasileira”.

Naquele tempo, o frei estava iniciando como seminarista franciscano e, segundo ele, a realidade era a mesma. “Havia muitos franciscanos de origem alemã e italiana, mas franciscanos negros, eu não via. Esse foi um dos primeiros pontos em que percebi um problema que tinha que ser atacado.”

Como o próprio frei David diz, o trabalho é longo e a luta também, e um dos desafios que a Educafro possui está relacionado diretamente à USP: a adoção de cotas étnico-raciais para que a população brasileira esteja representada no quadro de alunos da principal universidade da América Latina.

Em uma conversa com a reportagem do **Jornal da USP Especial**, na sede da entidade, o frei falou sobre a necessidade de mobilizar os representantes do Conselho Universitário (Co) da USP para adotar cotas na Universidade.

O frei David também destacou que a autonomia universitária da USP, Unesp e Unicamp – as três universidades públicas do Estado de São Paulo – não é motivo para que o governo estadual se omita em relação às cotas. Ele cobrou do governador Geraldo Alckmin a criação de uma lei nos moldes do que foi realizado no âmbito do governo federal, ou seja, uma lei que obrigue as universidades estaduais paulistas a implantarem as cotas. Confira os principais pontos da entrevista:

Cotas étnicas x cotas sociais

“O problema da pobreza e da exclusão do pobre das universida-

des está ligado às sucessivas irresponsabilidades dos políticos. Isso é um problema que, infelizmente, perpassa todo o mundo capitalista. O problema da exclusão do negro, além deste fator, tem outro mais determinante que é a escravidão.

A escravidão gerou um estrago muito grande no tecido social brasileiro e somente fazendo políticas específicas vamos conseguir a virada. Então, as cotas étnicas são fundamentais porque elas focam, justamente, o problema deixado pela escravidão.

Quando os imigrantes europeus pobres chegam ao Brasil, o País, percebendo que eles eram pobres, deu a eles terra, um casal de animais domésticos, ferramentas e um salário mensal periódico, ou seja, o Brasil deu a eles uma ação afirmativa que garantiu a brancos europeus pobres uma carreira.

O negro, quando é tirado da escravidão, não recebe nada, ele vai formar as favelas do Rio de Janeiro e do Brasil afora. Para nós, as cotas vêm reparar um erro histórico gravíssimo. Entendemos que as cotas são temporárias e, assim que essa reparação estiver em um patamar razoável, faremos questão de ombrear a luta para dizer que as cotas já foram aplicadas pelo período necessário."

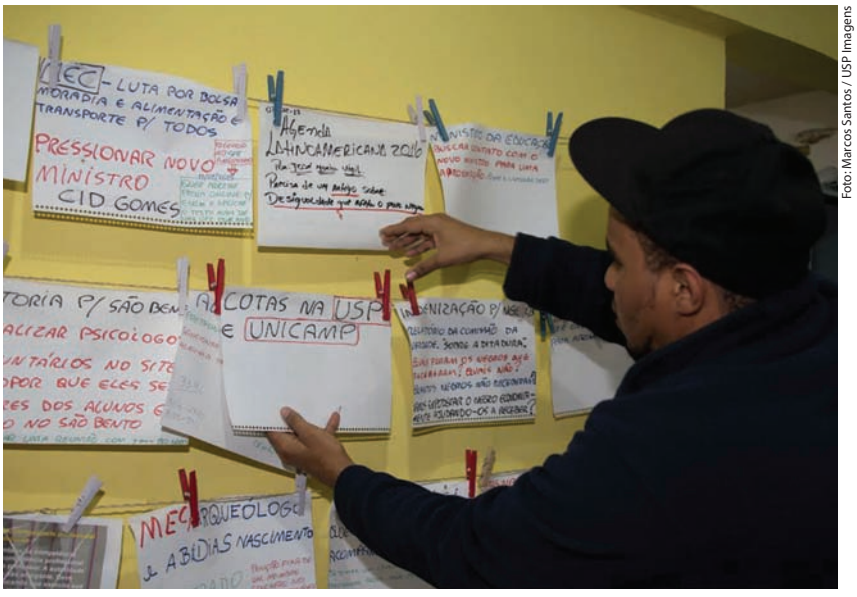


Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Educafro reivindica adoção de cotas nas universidades paulistas

Resistência às cotas

"São três pontos. O primeiro ponto: faltou aos nossos irmãos do Conselho Universitário botar o pé na lama, ou seja, viver a realidade do pobre. Eles têm pouco contato com pobres na sua realidade crua e nua. E por não ter essa experiência junto com os pobres, eles não conseguem sentir o que nós sentimos. Por exemplo, como frade, eu sou uma pessoa de formação de classe média, mas por estar dia e noite nessa causa, eu sei e sinto o drama deste povo excluído que é o povo negro.

Ponto dois: há uma desassociação da Universidade com a sociedade. Isso também é cruel, os dramas da sociedade não são abraçados pela Universidade. Ela caminha como se fosse um mundo paralelo à sociedade, esse é um problema gravíssimo e estraga a construção de um Brasil ideal.

O terceiro fator dessa dificuldade de nossos irmãos da USP refere-se a uma compreensão equivocada de meritocracia. Eles guardam consigo uma compreensão ultrapassada e eu falo isso com toda humildade. Espero que, antes de ir para a próxima reunião do Conselho Universitário, eles leiam um livro chamado *Justiça*, de Michael Sendal, professor da Universidade de Harvard.

Ele defende que há meritocracia justa e injusta. Meritocracia injusta é quando eu sei que na minha cidade tem um grupo grande que vem da favela onde falta professor, falta laboratório, falta tudo. E eu sei que há outro grupo grande que vem de escolas particulares, onde tem tudo do bom e do melhor, estudam várias línguas; isso são tipos de meritocracias.

A meritocracia injusta determina na USP quem passa e quem é reprovado. São dois nós que precisam ser desatados e só desata quem tem coragem de se abrir para a realidade. Quem continua com os pés nas nuvens, fora da realidade, não consegue atender o problema."

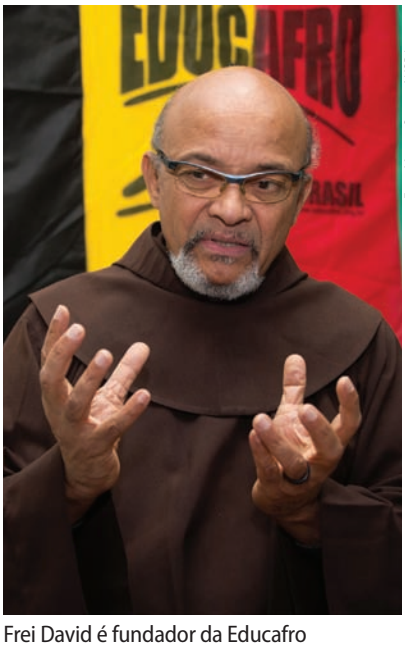


Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Frei David é fundador da Educafro

Rankings universitários

"A Educafro já decidiu: vamos produzir uma carta para todos os órgãos mundiais que classificam as universidades no mundo, solicitando que coloquem um dos pontos-chaves para classificação, um índice de inclusão de pobres, negros, indígenas e outros segmentos sociais mundiais.

Vamos discutir com essas entidades uma outra metodologia para classificar as universidades. Acreditamos que vamos ter vitória, porque estamos buscando redes para fazer este trabalho de discussão. A universidade que não tiver trabalho de inclusão não vai ter chance de ter pontuação e de estar entre as 100 melhores do mundo."

Lei estadual para cotas étnicas

"Houve uma omissão muito grande dos sucessivos governos do Estado de São Paulo. Nós tivemos reuniões com todos os últimos governadores discutindo as cotas, e todos eles demonstraram um grande medo de encarar as universidades estaduais. Esse medo a gente conseguiu vencer no governo federal.

Não só o governo federal, fizemos deputados e senadores encararem as universidades, porque há um domínio da classe intelectual brasileira com a compreensão equivocada de autonomia universitária.

Somos radicalmente a favor da autonomia universitária, todas elas têm autonomia administrativa, pedagógica, etc., mas nenhuma universidade tem autonomia para excluir, nenhuma universidade tem autonomia para criar e manter um processo de exclusão, consciente ou inconscientemente; esse é o grande centro que fez com que o governo federal andasse e o governo estadual não andasse.

O governo Alckmin teve muito medo. Ele reuniu todos os reitores das universidades com a Educafro, discutimos intensamente, mas víamos que os reitores falavam mais alto que o governador. Então, percebemos que, no Estado de São Paulo, a autonomia universitária é confundida com autonomia para excluir."

Resposta do governo estadual

O governo do Estado de São Paulo foi procurado para responder ao questionamento do frei David sobre a implantação das cotas nas universidades estaduais, e a assessoria de imprensa encaminhou a seguinte nota:

"A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo esclarece que o Governo Estadual paulista criou em 2012, para estimular o sistema de cotas nas universidades, o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista - PIMESP. Ele estabelece um regime de metas para o incremento das matrículas no ensino superior de estudantes oriundos de escolas públicas e, dentre esses, de negros, pardos e indígenas. Vale ressaltar que as universidades estaduais paulistas possuem autonomia administrativa e financeira. Cabe às instituições decidir suas políticas internas".

ARTIGOS

Por que cotas étnico-raciais?

Um franciscano, um professor de Direito, um professor da área de Comunicação, um juiz federal e um estudante universitário. O que eles têm em comum? Todos defendem a igualdade de oportunidades sociais para negros em todos os setores da sociedade, sobretudo, em universidades e, principalmente, na USP. Para eles, a adoção de cota étnico-racial no ensino superior é um direito e oportunidade de o País se redimir pelos anos de escravidão.

Esses cinco profissionais de diferentes áreas são parceiros da Educafro e foram convidados pelo Jornal da USP para expor suas ideias em formato de artigo. Conheça um pouco mais os autores.

Ivan Siqueira é professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e foi nomeado membro da Câmara Básica de Educação do Conselho Nacional da Educação até 2018. A indicação foi feita pela Educafro e comemorada pela entidade pela presença de um homem negro no órgão.

Adilson Moreira é professor e pesquisador em Direito. Em 2013, concluiu seu mestrado na Universidade de Harvard sobre a política racial brasileira. Ele abordou as decisões judiciais para explorar as ligações entre estruturas de poder do discurso nos casos de ação afirmativa no Brasil.

Tom Junior é estudante do curso de Ciência da Computação do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP. Ele também dá aulas e coordena o cursinho comunitário mantido pela Educafro.

Wiliam Douglas é juiz titular da 4ª Vara Federal de Niterói, no Rio de Janeiro, além de ser professor e escritor. Antigo apoiador das cotas sociais, hoje defende as cotas étnico-raciais por entender que as primeiras não são suficientes para a inclusão do negro.

David Raimundo Santos, ou só **frei David,** como é conhecido, começou a atuar em defesa dos direitos dos negros em 1976, um trabalho que resultou na criação da organização não governamental Educafro, da qual é diretor-executivo.

Universidade pública: mérito ou oportunidade?

Foto: Acervo do autor

Ivan Siqueira

Professor do Departamento de Informação e Cultura da ECA/USP

Coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro (NEINB) da USP

Conselheiro no Conselho Nacional de Educação – Câmara Básica

Em 2002, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) adotou um programa de cotas étnico-raciais com 20% das vagas para pretos e pardos; outros 20% para estudantes de escola pública; e mais 5% para portadores de necessidades especiais. Nesse período (2003-2013), mais de 8.700 cotistas ingressaram em seus cursos, dentre os quais aproximadamente 4 mil negros (pretos e pardos). Na esfera federal, a Universidade de Brasília (UnB) acolheu as cotas reservando 20% das vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas em 2004.

Uma década após a decisão da Uerj, foi aprovada lei (12.711/2012) que instituiu o porcentual de 50% de cotas nas matrículas em todas as universidades federais, tendo por base os dados do último censo populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os indicadores de renda (baixa renda = igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*); e estudo integral do ensino médio em escola pública.

Inicialmente, as opiniões contrárias às cotas étnico-raciais advogavam pela sua inconstitucionalidade; que haveria rebaixamento do nível educacional; que os cotistas abandonariam os cursos por não acompanhar os demais colegas; e que se fomentaria o ódio racial. No entanto, o que se verifica não é somente a inconsistência desses argumentos, mas realidade bem diversa.

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade das cotas em sessão de 26 de abril de 2012, sublinhando a sua necessidade para corrigir o histórico de racismo no Brasil. Pesquisas sobre o desempenho dos cotistas mostram menores índices de evasão em comparação aos não cotistas, e desempenho acadêmico semelhante ou superior (EURÍSTENES et al., 2015). Não é mais por ausência de comprovação empírica que se pode refutar as cotas – um outro argumento utilizado à época. E na Universidade de São Paulo?

Na USP, o debate sobre cotas só foi discutido "firmemente" pelo Conselho Universitário uma década depois da Uerj, conforme se lê na sua Ata da 951ª Sessão (2/7/2013). E, em grande medida, como consequência da iniciativa do governo estadual com o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp).

Após esses anos todos, a alternativa às cotas é a "Proposta do Plano para Aumentar a Inclusão Social na Universidade de São Paulo": 1) aumento dos valores dos bônus e criação de um bônus especial para estudantes de escola pública autodeclarados pretos, pardos e indígenas; 2) aperfeiçoamento do Programa de Embaixadores (no comparativo de então, 31,5% de inscritos em 2000 contra 35% em 2012); 3) criação de um Programa de Preparação para o Vestibular da USP (PPVUSP); e 4) ampliação dos locais para a realização do vestibular da Fuvest.

Esse programa atingirá a meta de 50% de estudantes de escolas

públicas em 2018, com o porcentual estadual do IBGE para pretos, pardos e indígenas? Mesmo considerando o "progresso" de apenas 3,5% em mais de uma década? Por que combiná-lo com cotas? Continuaremos a desconsiderar o abismo existente entre as trajetórias educacionais da escola pública e das privadas? Não ganharia a Universidade com a diversidade de talentos espelhando a diversidade da sociedade?

Qual o critério científico para a variação do bônus (Ação 1 da proposta: de 8 para 12%, 8 para 15%, 15 para 20%, e 25% aos PPI)? Por que ter por base a nota da primeira fase, sendo ela a menos precisa para medir o "mérito"? Como se poderá aplicar eventual bônus na segunda fase se o desempenho na primeira é decisivo? Que critérios científicos e experiências empíricas arroladas na literatura sugerem essa escolha como a mais acertada?

Nada diremos sobre a continuidade de apropriação de recursos públicos majoritariamente por uma pequena parcela da sociedade? Nada diremos sobre a desconsideração das experiências de sucesso dos programas de cotas, de norte a sul, em mais de uma década? Nenhuma palavra às discussões internas na comunidade USP, aos subsídios técnicos elencados pelos estudiosos do tema há tempos na própria instituição, ao Núcleo de Consciência Negra da USP, à Frente Pró-Cotas da USP e à Frente Pró-Cotas Estadual de São Paulo? Não consideraremos as sugestões de cotas de algumas unidades, as opiniões dos docentes, estudantes e funcionários, que são a razão da qualidade e excelência da Universidade?

Continuaremos a desconsiderar o abismo existente entre as trajetórias educacionais da escola pública e das privadas? Não ganharia a Universidade com a diversidade de talentos espelhando a diversidade da sociedade?

Nenhuma consideração aos diferentes segmentos sociais e étnicos da sociedade paulista? Nada sobre a exclusão histórica de negros e pobres nas salas de aulas da maior instituição acadêmica pública do País? E os jovens afrodescendentes, brancos pobres e indígenas, que acalentam o sonho de um ensino superior público de qualidade em meio a um quadro de extermínio simbólico e físico dos negros?

Como reiterar essa legitimidade meritocrática na comparação entre realidades afortunadas e outra cuja escola exibe infraestrutura inadequada, salas com excesso de alunos, pouca atividade extracurricular, ausência de bibliotecas de qualidade e bibliotecários, professores sem remuneração adequada, desestímulos e péssimas condições de trabalho?

Por que esse horror à igualdade de oportunidades e ao convívio com negros e pobres na USP? Por que persistir com programas de bônus que não produziram os efeitos ensejados? Criado em 2006, a bonificação do Inclusp está em torno de 30%. Motivado pela ineficiência histórica de modalidades generalistas, o Movimento Negro vem sugerindo há muito a adoção de cotas, inclusive a partir de critérios étnicos e socioeconômicos. As diferentes experiências exitosas das cotas apontam para o acerto dessa alternativa e o aproveitamento dos melhores talentos em todos os extratos étnicos e sociais. Os mitos da degenerescência universitária após as cotas se provaram falsos. Criaremos outros?

Não é difícil imaginar o impacto social no Brasil decorrente de cotas étnico-raciais numa universidade com mais de 11 mil vagas/ano. Difícil me é conceber o silêncio e a indiferença de educadores à negação de sonhos e de um futuro melhor aos renegados de sempre.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

EURISTENES, Poema et al. ***As políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais.*** (GEMAA), Iesp-Uerj, 2015.

A diversidade racial como um valor institucional

Foto: Acervo do autor

Adilson José Moreira

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

Mestre em Direito pela Universidade de Harvard

Bacharel em Direito pela UFMG

A adoção de cotas raciais para o acesso a instituições de ensino superior e a cargos públicos tem sido intensamente debatida no nosso país. Essa discussão demonstra a necessidade de uma reflexão sobre o papel do direito na construção de uma sociedade democrática e racialmente inclusiva no Brasil.

Este artigo desenvolve um dos argumentos presentes na decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a constitucionalidade de medidas de inclusão racial: a construção de uma sociedade igualitária requer a adoção de iniciativas que garantam a representação adequada de diferentes grupos raciais nas diversas instituições públicas.

Defenderemos essa posição a partir do conceito de diversidade, uma diretriz de natureza jurídica e política que teve origem na jurisprudência norte-americana sobre ações afirmativas. A ideia de que instituições públicas e privadas devem espelhar o pluralismo que existe no corpo social pode ser vista como uma de suas premissas principais; esse preceito afirma então a importância da participação dos diferentes grupos nos processos decisórios, fator legitimador das práticas democráticas.

Seguindo esse pressuposto, afirmamos que a adoção de cotas raciais nas universidades públicas contribui de forma significativa para a formação de uma administração pública democrática, um dos propósitos centrais do atual Estado constitucional.

Embora defendamos cotas raciais nas instituições públicas, não pretendemos descartar a representação do Brasil como uma nação miscigenada, ideia que muitos acreditam ser mera manipulação ideológica. No lugar de uma visão que articula a noção de igualdade formal e homogeneidade racial para atacar ações afirmativas, adotamos o conceito substantivo de diversidade para a defesa da miscigenação dos círculos do poder.

O povo brasileiro pode ser miscigenado, mas o grupo social que controla praticamente todas as nossas instituições públicas e privadas é racialmente homogêneo, uma realidade incompatível com uma sociedade genuinamente democrática. Assim, o conceito de miscigenação não descreve uma realidade histórica e social, mas um objetivo a ser buscado para a promoção da justiça social.

Cotas para homens e mulheres de ascendência africana e ameríndia não apenas garantem o acesso desses indivíduos a oportunidades profissionais, mas também permitem que as decisões da administração pública possam ser tomadas a partir da perspectiva de todos os que serão afetados por elas, uma condição para a sua democratização.

Sustentaremos o argumento de que essas iniciativas são compatíveis com os princípios da moralidade pública, da supremacia do interesse público e da eficiência administrativa. Portanto, ações afir-

mativas encontram fundamento não apenas nos ideais da igualdade material e justiça social, mas também nos parâmetros que regulam a atuação da administração pública.

Embora seja atacada por diferentes setores, podemos afirmar que a diversidade é hoje uma política institucional amplamente adotada por instituições do setor público e do setor privado nos Estados Unidos, sociedade na qual se tornou um princípio de política pública. Muitos a concebem como uma forma positiva de integração social de grupos minoritários, segmentos cuja mobilização transformou a vida política daquele país.

A luta de minorias trouxe à tona a discussão sobre o pluralismo como um valor social que tem repercussões também no estabelecimento das finalidades de instituições públicas e privadas. O conceito de diversidade tem como base a premissa de que o pluralismo é uma referência relevante para o desenho de políticas institucionais.

Traços identitários construídos ou atribuídos a certos segmentos sociais determinam a experiência social de seus membros, sendo que essas características são frequentemente utilizadas para designar o lugar social que eles podem ocupar, mecanismo responsável pela reprodução de relações assimétricas de poder.

Assim, a noção de diversidade como um valor institucional se refere a coletividades cujos membros possuem uma experiência social específica em função dos processos de estratificação. Ela não pretende sugerir ou afirmar identidades essenciais, mas reconhece que experiências culturais distintas produzem percepções sociais diferentes.

Mais do que uma iniciativa que objetiva remediar práticas discriminatórias, a diversidade também designa uma estratégia que pode trazer ganhos consideráveis para as instituições que a empregam.

A adoção de cotas raciais nas universidades públicas contribui de forma significativa para a formação de uma administração pública democrática, um dos propósitos centrais do atual Estado constitucional

Um dos elementos mais importantes para a mudança da lógica das ações afirmativas teve início com a percepção de que a melhoria do desempenho de instituições públicas e privadas depende da capacidade dessas organizações em responder a demandas decorrentes do pluralismo no plano nacional e internacional.

Isso porque a globalização das economias exige a contratação de pessoas que possam compreender as particularidades culturais e políticas de diferentes nichos de mercados em vários lugares do mundo. Uma força de trabalho racialmente e culturalmente homogênea seria menos capaz de tratar questões que podem surgir das demandas geradas pelo pluralismo cultural.

Os diferentes grupos sociais têm interesses e exigências distintas e os que não possuem competência cultural para negociar com eles enfrentam grandes dificuldades. A diversidade adiciona um valor considerável às instituições públicas e privadas, que a empregam por causa do aumento da produtividade e eficácia.

Muitos estudos demonstram que as perspectivas trazidas por pessoas de diferentes origens sociais e com experiências diversas fazem com que a capacidade institucional de solução de problemas seja superior àqueles órgãos cujos corpos de funcionários são uniformes. Instituições que formam um corpo de funcionários diversificado criam meios para que a troca de novas ideias aumente, o que é algo particularmente desejável em um mercado no qual grupos minoritários possuem poder de compra cada vez maior.

Além das vantagens decorrentes da eficiência gerencial, a diversidade também tem sido adotada por instituições privadas com base na noção de responsabilidade social. A sua promoção tem sido vista como um dever moral, principalmente em uma sociedade marcada por um passado de opressão racial.

Segundo esse raciocínio, a prática da diversidade cria oportunidades que permitem a contribuição das empresas para a formação de uma sociedade mais justa. Elas devem considerar o impacto de suas atividades no bem-estar da comunidade e a contribuição que elas podem trazer para a melhora das condições de vida de grupos minoritários é um excelente indício.

A incorporação de membros de vários segmentos sociais possibilita o acesso a oportunidades profissionais, além de fazer com que elas participem da tomada de decisões que têm o potencial de afetar toda a sociedade. A governança corporativa se aproxima da ideia de que as decisões devem ser tomadas por pessoas que representam a variedade de grupos e de interesses que existem na realidade. Portanto, a justificação da prática da diversidade não se restringe ao caráter reparatório das ações afirmativas, mas se também justifica pelo seu papel inclusivo.

A quem interessa a exclusão de negros na USP?

Foto: Acervo do autor

Tom Jr.

Bacharelando em Ciência da Computação no IME/USP

Coordenador do Cursinho Comunitário Modelo Educafro

Aprovado todos os anos nos mais concorridos vestibulares do País

Ao adentrarmos os portões da Universidade de São Paulo, a mudança social e étnica é perceptível. Os olhos daquelas poucas pessoas negras que estudam nos cursos mais concorridos da citada instituição de ensino paulista detectam, de imediato, a mudança nos padrões que imperam no espaço que deveria primar pela democratização real de acesso.

Aos olhos daqueles que vieram de classes sociais abastadas e, prioritariamente, brancas, com convivência exclusiva em seus círculos representativos da elite brasileira, a realidade não lhes parece incomodar, uma vez que não conhecem as várias vertentes étnicas de nossa ampla sociedade.

Quando coletivos dos movimentos negros tentam dialogar sobre tais aspectos, não são compreendidos por uma parte considerável dos estudantes, que insistem em encobrir esse tipo de debate, como forma de manter o acesso à Universidade de maneira exclusivista ao grupo de seu pertencimento.

Talvez nos falte ampliar os conhecimentos sobre a necessidade da democratização étnico-social em um ambiente acadêmico de produção científica, que tem por primordial objetivo o desenvolvimento tecnológico e científico da sociedade. Ademais, devemos entender como age o racismo institucionalizado em nossa sociedade.

Ao explorarmos as ideias divulgadas pelo professor de filosofia política da Universidade de Harvard, Dr. Michael Sandel, o especialista mais requisitado no mundo quando o assunto tange à ética e à justiça, percebemos quão atrasados ainda nos encontramos em relação às interações humanas.

Para alunos pertencentes a etnias historicamente excluídas, deve vigorar algum instrumento que compense a constante discriminação sofrida ao longo da vida, responsável pela falta de oportunidades que assolou esses estudantes.

Os pensamentos de Michael Sandel nos levam a refletir e analisar em que proporção é justo o ingresso maciço de alunos brancos pertencentes a classes elitizadas na Universidade de São Paulo. Principalmente quando o fator de seleção se baseia, quase que exclusivamente, nas oportunidades que puderam ser financiadas pelo citado grupo de estudantes.

Muitos são os argumentos da necessidade de mérito para o ingresso na USP. Mas o que é o mérito? De acordo com a definição, é aquilo que determina que uma pessoa se torne digna de receber recompensas. É auferido através de métodos de seleção que aplicam a meritocracia.

Sandel defende existirem dois tipos de meritocracia: a justa e a injusta. A meritocracia injusta submete grupos de pessoas que tiveram oportunidades diferentes na vida, muitas vezes determinadas por fatores financeiros e outras tantas por fatores étnicos, a concorrerem por determinado espaço como se tivessem tido, ao longo da vida, oportunidades minimamente semelhantes.

A meritocracia justa é baseada em instrumentos como a reserva de vagas para estudantes negros, que proporcionam a concorrência exclusiva entre pessoas que tiveram as mesmas oportunidades ao longo da vida.

Será que muitos dos atuais estudantes da graduação da USP teriam ingressado na instituição, se tivessem tido a oportunidade de cursar o ensino médio em escolas públicas de péssima qualidade, como são a maioria delas? Se tivessem que trabalhar desde novos para sustentar seus familiares e não lhes deixar passar fome? Se não tivessem condições financeiras que lhes permitissem pagar os melhores colégios particulares, cursinhos caros ou cursos de idiomas? Se tivessem sofrido diversos tipos de discriminações raciais?

Não podemos aceitar que exista o mérito, através do ingresso via vestibulares, quando sabemos que as oportunidades que foram oferecidas a determinados grupos não foram oferecidas a outros tantos. Ou que o fator determinante para que essas oportunidades pudessem acontecer foi de cunho financeiro.

O ingresso de negros nos diversos cursos da USP deve ser visto como uma forma de alcançarmos objetivos sociais mais amplos do que a simples correção histórica de uma população excluída.

Sandel defende a necessidade de aplicação do princípio da diversidade, que coaduna com o bem comum da sociedade e da evolução da própria universidade, uma vez que possibilita a estudantes de diversas origens aprenderem mais e com uma formação mais rica do que se fossem todos da mesma proveniência.

A meritocracia injusta submete grupos de pessoas que tiveram oportunidades diferentes na vida, muitas vezes determinadas por fatores financeiros e outras tantas por fatores étnicos, a concorrerem por determinado espaço como se tivessem tido, ao longo da vida, oportunidades minimamente semelhantes

Também permite que a instituição atraia as pessoas mais qualificadas para seu quadro discente. Haja vista que várias pessoas, com potencial intelectual altíssimo, deixam de ser descobertas, por conta da dificuldade de acesso alicerçada nas práticas de meritocracia injusta praticadas para o ingresso na USP.

Vários instrumentos, com o viés de promoverem a diversidade étnico-social na Universidade de São Paulo, foram testados ao longo dos anos. Nenhum deles alcançou minimamente os objetivos pretendidos, principalmente ao verificarmos os cursos de maior concorrência da mencionada instituição de ensino.

Ao que nos parece, por conta das experiências em diversas universidades estaduais e federais, o sistema de cotas étnicas tem se mostrado o único método de seleção que corrige de maneira significativa a representatividade de negros nas instituições públicas de ensino superior, em todos os cursos e turnos.

Convivo diariamente com alunos negros que vieram de rede pública e tentam, insistentemente, ingressar em universidades públicas. Ou por conta de não terem condições de arcar com os custos de uma universidade particular ou por buscarem o ensino de mais alta qualidade.

Sempre me deparo com diversos estudantes de capacidade intelectual acima até do que alguns estudantes que, por terem passado na Fuvest, se veem como seres superiores. São alunos que têm alto índice de inteligência, mas que acabam enfrentando a barreira de não terem tido acesso ao conteúdo cobrado nos exames para ingresso na USP.

Por sorte, temos universidades que adotam sistemas de cotas e dão chance para que esses talentos ingressem nessas instituições e possam, através de suas elevadas capacidades intelectuais, produzir pesquisas e ajudar a proporcionar o desenvolvimento científico de que tanto nossa sociedade necessita.

Quanto tempo mais a Universidade de São Paulo irá desperdiçar talentos e ficar estagnada no tempo, preterindo os que realmente merecem pelos que tiveram recursos financeiros para serem aprovados pelos métodos tradicionais de seleção adotados pela instituição? Quando teremos uma USP que retrate a pluralidade étnica da nossa sociedade?

As cotas para negros: por que aposto os meus olhos azuis

Foto: Acervo do autor

William Douglas

Juiz federal (RJ)

Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho

Especialista em Políticas Públicas e Governo (EPPG/UFRJ)

Professor e escritor, caucasiano e de olhos azuis

Roberto Lyra, promotor de Justiça, um dos autores do Código Penal de 1940, recomendava aos colegas de Ministério Público que, "antes de se pedir a prisão de alguém, deveria se passar um dia na cadeia". Algumas coisas, apenas o contato imediato com a realidade permite compreender.

Já fui contrário às cotas para negros, defendendo que seria mais razoável e menos complicado utilizar apenas as cotas sociais. Hoje não penso mais assim. E, embora juiz federal, não me valerei de argumentos jurídicos. A Constituição é pródiga em fundamentos para, de fato, tornarmos este país melhor e mais decente.

Há ótimos argumentos técnicos favoráveis e contrários às cotas e o valor pessoal e a competência dos contendores comprovam que há gente de bem, capaz, bem-intencionada, honesta e com bons fundamentos nos dois lados dessa questão. Não os usarei aqui, portanto.

Vou deixar minha posição como homem, cristão, cidadão, juiz, professor e especialista em concursos: *não vamos perder nosso momento histórico*, nossa oportunidade de descontar parte do atraso de nossa sociedade; vamos criar mais igualdade nas oportunidades de estudo. Rui Barbosa já dizia sabiamente que tratar igualmente os desiguais não é correto.

Trago aqui o argumento que me convenceu a trocar de lado: "passar um dia na cadeia". Professor de técnicas de estudo, há anos venho fazendo palestras gratuitas sobre como passar no vestibular e Enem para a Educafro, pré-vestibular para negros e carentes.

Mesmo sendo, por ideologia, contra um pré-vestibular "para negros", aceitei o convite para dar aulas como voluntário nessa ONG por entender que isso seria uma contribuição para a formação desses jovens.

Nessa convivência, fui descobrindo que ter acesso a estudo sendo pobre é um problema (que já vivi), mas ser pobre e negro gera um problema bem maior ainda. Claro que alguns negros pobres conseguem, mas isto apenas mostra seu heroísmo, e não acho que temos que exigir heroísmo de cada menino pobre e negro deste país.

Minha filha, loura e de olhos claros, estuda há três anos em um colégio onde não há um aluno negro sequer, no qual há brinquedos, professores bem remunerados, aulas de tudo; sua similar negra, filha de minha empregada, e com a mesma idade, entrou na escola este ano, uma escola sem professores, sem carteiras, com banheiro quebrado.

Minha filha tem psicóloga para ajudar a lidar com a separação dos pais, foi à Disney, tem aulas de balé. Teve problemas de matemática e providenciei, por ter dinheiro, aulas particulares. A filha de minha em-

pregada não teve dificuldades com matemática porque a sua escola pública está sem professor de matemática. Minha filha tem *playground*; a outra, nada, tem um quintal de barro, viagens mais curtas.

A filha da empregada, que ajudo o quanto posso, visitou minha casa e saiu com o sonho de ter seu próprio quarto, coisa que lhe passou na cabeça quando viu o quarto de minha filha, lindo, decorado, com armário inundado de roupas de princesa. Toda menina é uma princesa, mas há poucas princesas negras com vestidos, armários e escolas compatíveis, neste país imenso.

A princesa negra disse para sua mãe que iria orar para Deus pedindo um quarto só para ela, e eu me incomodei por lembrar que Deus ainda insiste em que usemos nossas mãos humanas para fazer Sua Justiça. Sei que Deus espera que eu, seu filho, ajude nesse assunto. E, se não cresse em Deus como creio, saberia que, com ou sem um ser divino nessa história, esse assunto não estaria bem resolvido.

O assunto demanda de todos nós uma posição consistente, uma que não se prenda apenas a teorias e comece a resolver logo os fatos do cotidiano: faltam quartos e escolas boas para as princesas negras.

Não que tenha nada contra o bem-estar da minha menina: damos muito duro para ela ter isso. Apenas não acho justo nem honesto que, lá na frente, daqui a uma década de desigualdade, ambas sejam exigidas da mesma forma. É justo que a outra tenha alguma contrapartida para entrar na faculdade. Não seria igualdade nem haveria honestidade ao se tratar as duas da mesma forma só ao completarem o ensino médio.

Não se diga que possamos deixar isso para ser resolvido só no ensino fundamental e médio. É não fazer nada. Já estamos com duzentos anos de espera por dias mais justos. Os pobres sempre foram tratados à margem. O caso é urgente: as universidades não podem ficar omissas.

Fui descobrindo que ter acesso a estudo sendo pobre é um problema (que já vivi), mas ser pobre e negro gera um problema bem maior ainda. Claro que alguns negros pobres conseguem, mas isto apenas mostra seu heroísmo, e não acho que temos que exigir heroísmo de cada menino pobre e negro deste país

Foi vendo meninos e meninas, negros e pobres, tentando uma chance, tentando manter brilhando nos olhos uma esperança incômoda diante de tantas agruras, que fui mudando minha opinião. Não foram argumentos, foi passar "dias na cadeia". Na cadeia deles, dos pobres, o lugar de onde vieram meus pais, e do qual experimentei somente um pouco, quando mais moço. De onde eles vêm, as cotas fazem todo sentido.

Se você discorda das cotas, me perdoe, mas recomendo um dia "na cadeia". Venha nos visitar na Educafro, venha ver algo que precisa encontrar eco em nossas políticas públicas.

Se você é contra as cotas para negros, eu o respeito, também fui contra por muito tempo. Mas essa semana, na escola, no bairro, no restaurante, nos lugares que frequenta, repare quantos negros existem ao seu lado, em condições de igualdade (não vale porteiro, motorista, servente ou coisa parecida).

Será que essa desigualdade não persiste por nossa inércia? Você tem argumentos bons, concordo, o outro lado também. O que vai mudar sua opinião é essa realidade nua e crua de falta de oportunidades.

Precisamos confirmar as cotas para negros e para os oriundos da escola pública. Temos que considerar não apenas os deficientes físicos (o que todo mundo aceita), mas também os econômicos, e dar a eles mais oportunidades. Não podemos ter tanta paciência para resolver a discriminação racial que existe na prática: vamos dar saltos ao invés de rastejar em direção a uma nova realidade.

Queremos você conosco nessa história. Não creio que esse mundo seja seguro para minha filha, que tem tudo, se ele não for ao menos um pouco mais justo com os filhos dos outros, que talvez não tenham tido minha sorte, ou a dela. Talvez seus filhos tenham tudo, mas tudo não basta se os filhos dos outros não tiverem alguma coisa. Alguns dias "na cadeia" me fazem apostar meus olhos azuis nas cotas. Precisamos delas, agora.

Então, como disse Roberto Lyra, "*o sol nascerá para todos. Todos dirão – nós – e não – eu. E amarão ao próximo por amor-próprio. Cada um repetirá: possuo o que dei. Curvemo-nos ante a aurora da verdade dita pela beleza, da justiça expressa pelo amor*".

Justiça expressa pelo amor e pela experiência, não pelas teses. As cotas são justas, honestas, solidárias, necessárias. E, mais que tudo, urgentes. Fique a favor ou, pelo menos, "visite a cadeia".

A USP na cidade mais negra do Brasil

Foto: Marcos Santos/USP Imagens

Frei David Santos OFM

Especialista em Ações Afirmativas, Filósofo e Teólogo

A USP foi fundada em 1934. Neste ano de 2016 completou 82 anos! O grande educador, professor Fernando de Azevedo, se uniu a Júlio de Mesquita Filho para modernizar a educação superior, oferecendo às elites de São Paulo um sólido instrumento para o conhecimento científico.

O professor Fernando de Azevedo (1884 – 1974) foi membro do Conselho Universitário da nascente USP e nele permaneceu por 12 anos. *Foi um dos principais intelectuais que definiu "para que e para quem" estava sendo criado o ensino universitário no Estado de São Paulo*. Perguntamos: ele e seus pares estavam preocupados com um ensino superior aberto a todos? *Inclusivo*?

No seu livro lançado em 1943 (e com seis edições) *A Cultura Brasileira*, à página 80 da quarta edição, encontra-se a resposta: *"A admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco, como pelo progresso constante de seleção biológica e social* e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa – cidadela de raça branca -, antes que passe a outras mãos, o facho de civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa - a da atmosfera de sua própria civilização".

Podemos concluir que a USP e o governo do Estado de São Paulo têm uma grande dívida com a população negra e indígena! De fato, uma Universidade cujo fundador se orgulha de ter fora dos seus bancos universitários discentes negros e indígenas realmente só pode sofrer de uma visão excludente, eurocêntrica e doentia não questionada no seu tempo.

Essa visão ainda está presente em pequena (mas poderosa) parte da elite intelectual da USP, e é culpada pelo alto grau de exclusão do povo negro e indígena nessa universidade. Desde o seu nascedouro, e em seus 82 anos, a USP tem sido omissa com relação aos direitos de negros e indígenas.

O *Estadão* do dia 23 de abril de 2013 traz a seguinte manchete: "Só 7% dos alunos de escola pública entraram na USP". Ocorre que quase 90% dos que terminam o ensino médio no Estado de São Paulo vêm de escolas públicas, onde está a expressiva população negra! Onde está o compromisso institucional com o *todo* da sociedade? Por que insistir em ser um espaço só para as elites nos seus principais cursos?

Somos a favor da autonomia da USP, mas jamais a *Constituição deu à USP autonomia para excluir insistentemente*! Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, realizada pelo IBGE, numericamente a cidade de São Paulo é a mais negra do Brasil, com quase 3 milhões. Salvador é a terceira, com quase 1,8 milhão

de negros(as)! Dar as costas para o povo negro em São Paulo é o mais cruel exemplo de *racismo institucional governamental* de que temos conhecimento! Negro é tão capaz quanto o branco!

A UnB revelou que o desempenho acadêmico médio dos cotistas negros, formados em 2009, foi de 3,1 (considerando que a nota máxima é de 5 pontos), enquanto o desempenho dos não cotistas foi de 2,9 no mesmo período! A *meta* de atingir a inclusão de 50% de negros, indígenas e brancos pobres da rede pública, exigida pelo governador Geraldo Alckmin (que deveria ser cumprida até 2016, mas o Conselho Universitário a transferiu para 2018), é o mínimo que esperamos da USP!

O grande professor da mais importante universidade do Mundo, Harvard-EUA, dr. Michael Sandel, em seu livro *Justice*, evidencia que o bem comum está acima do bem pessoal. Compensar injustiças históricas e erros do passado é a missão número um das universidades eticamente responsáveis.

Ele atesta com autoridade que a escravidão foi uma injustiça do passado e que precisa ser corrigida hoje com inclusão. É responsabilidade dos que hoje estão no poder do Conselho Universitário. Assim agindo, o Conselho está colocando em prática os princípios da justiça distributiva. Conclamamos os membros do Conselho Universitário da USP que evitem esse tipo de violência institucional ao realizarem essa tarefa, com consciência, responsabilidade e competência. A Unesp adotou *cotas* para negros e está atingindo a *meta*.

Uma Universidade cujo fundador se orgulha de ter fora dos seus bancos universitários discentes negros e indígenas realmente só pode sofrer de uma visão excludente, eurocêntrica e doentia não questionada no seu tempo

Até aqui, todos os planos de correção das injustiças contra negros e pobres lançados pela USP, usando métodos sem nenhum estudo científico comprovado (pontuação), confirmaram-se como instrumentos ineficazes que vêm gerando muita frustração nos jovens negros e periféricos. Em quase nada mudou a realidade de exclusão da USP. Iremos enviar carta para todos os institutos internacionais que classificam as universidades para que acrescentem como critério de pontuação um índice de inclusão das populações mais prejudicadas do país onde está situada cada universidade.

A Universidade de São Paulo precisa seguir o exemplo de Harvard e incluir no seu Projeto Político-Pedagógico o compromisso da inclusão, da diversidade étnica e de classe social. Assim, esta universidade estará em sintonia com o século 21, século da busca sincera pela igualdade de direitos. O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADPF 186, mostra à USP que é este o caminho mais justo e *constitucional*.

Jornal da USP
ESPECIAL

Junho /2016
Publicação da Superintendência de Comunicação Social
Universidade de São Paulo
www.jornal.usp.br